

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

Rachel Wecki Calovi

**Finanças Pessoais: um estudo sobre a prática do planejamento financeiro de estudantes
universitários de Porto Alegre**

PORTO ALEGRE

2017

Rachel Wecki Calovi

Finanças Pessoais: um estudo sobre a prática do planejamento financeiro de estudantes universitários de Porto Alegre

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Martinewski

PORTO ALEGRE

2017

Rachel Wecki Calovi

Finanças Pessoais: um estudo sobre a prática do planejamento financeiro de estudantes universitários de Porto Alegre

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. André Luís Martinewski

Conceito Final: A

Aprovado em 18 de julho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luís Martinewski

Prof. Dr. Roberto Lamb

AGRADECIMENTOS

À minha família, obrigada por todo amor e apoio. Aos meus pais, por sempre terem me proporcionado um ensino de qualidade, me incentivado a entrar na UFRGS e me apoiado nas minhas decisões. Ao meu irmão, por me lembrar que às vezes é necessário tirar os pés do chão. Ao meu avô Eliseu, *in memoriam*, pois sei o quanto essa formatura iria significar para ele e tenho certeza que lá de cima ele está comemorando junto comigo.

À Escola de Administração da UFRGS, que acolheu uma aluna vinda da Comunicação Social sem muitas certezas sobre o futuro profissional e mostrou a ela um mundo de possibilidades. Agradeço, em especial, a oportunidade de estudar por um semestre na França, experiência mais relevante de toda a minha graduação, sem sombra de dúvida.

Aos meus amigos do Colégio Americano, por terem mantido os laços de amizade ao longo da faculdade. Obrigada pelas risadas, pelo companheirismo, pelo carinho, pela paciência nesse último semestre e por sempre estarem presentes.

Aos queridos amigos que a UFRGS me deu e que tornaram esses últimos cinco anos e meio mais leves e divertidos. Agradeço, em especial, a três deles que eu espero levar para a vida. Alyne e Aurora: vocês não sabem o quanto a amizade de vocês significa para mim. Rodrigo: obrigada pela parceria de sempre e pelo auxílio no desenvolvimento de alguns materiais deste trabalho.

Ao meu professor orientador, que sempre se mostrou interessado e disposto a me auxiliar, além de contribuir com melhorias para essa pesquisa. Obrigada por acreditar na minha ideia e trabalho.

RESUMO

Este trabalho descreve a relação existente entre a educação financeira e o planejamento financeiro de estudantes universitários de Porto Alegre. A recente ascensão econômica de milhões de brasileiros traz novos desafios no que diz respeito ao contato com situações de âmbito financeiro vivenciadas no dia a dia, ainda estranhas para muitos cidadãos, em um contexto em que as possibilidades de consumo são crescentes. Essa situação está aliada a um cenário brasileiro incipiente em termos de educação financeira, tornando o assunto relevante para pesquisa. O trabalho discute o tema, apresenta conceitos buscados na literatura sobre finanças pessoais, planejamento financeiro e educação financeira no contexto brasileiro e internacional. Por meio de pesquisa de campo, busca dados sobre a situação da educação financeira e planejamento financeiro de estudantes universitários de Porto Alegre, englobando temas como poupança e investimentos, gerenciamento financeiro pessoal e consumo, crédito e endividamento. Conclui-se que a não existência de um sistema de ensino formal sobre finanças pessoais gera grandes diferenças nos conhecimentos que os estudantes possuem sobre o tema, acarretando em dificuldades no gerenciamento do seu próprio dinheiro. A educação financeira, por meio de ensinamentos básicos sobre crédito, investimento e poupança, nesse cenário, se mostra necessária para que todos tenham condições de gerir seus recursos de maneira responsável, realizando um planejamento sobre receitas e gastos que evite endividamentos e possibilite uma vida financeira saudável.

Palavras-chave: Educação Financeira. Planejamento Financeiro. Finanças Pessoais. Gerenciamento. Poupança. Investimento. Crédito. Endividamento. Estudantes.

ABSTRACT

This paper describes the relationship between financial education and financial planning of university students in Porto Alegre. The recent economic rise of millions of Brazilians brings new challenges regarding the contact with financial situations experienced in everyday life, still strange for many citizens, in a context in which the possibilities of consumption are increasing. This situation is allied to an incipient Brazilian scenario in terms of financial education, making the subject relevant to research. The paper discusses the theme, presents concepts searched in the literature about personal finance, financial planning and financial education in the Brazilian and international context. Through field research, it searches for data on the financial education and financial planning situation of university students in Porto Alegre, encompassing topics such as savings and investments, personal financial management and consumption, credit and indebtedness. It is concluded that the non-existence of a formal education system on personal finances generates great differences in the students' knowledge about the subject, causing difficulties in the management of their own money. Financial education, through basic teaching on credit, investment and savings, in this scenario, is necessary for everyone to be able to manage their resources in a responsible manner, carrying out a planning on revenues and expenses that avoids indebtedness and enables a healthy financial life.

Keywords: Financial Education. Financial Planning. Personal Finances. Management. Savings. Investment. Credit. Indebtedness. Students.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Balanço Patrimonial.....	33
Figura 2 - Demonstração do Resultado Mensal.....	35
Figura 3 – Orçamento.....	37
Gráfico 1 – Curso de Graduação.....	45
Gráfico 2 – Semestre.....	46
Gráfico 3 – Sexo.....	46
Gráfico 4 – Idade.....	47
Gráfico 5 - Vínculo Empregatício.....	48
Gráfico 6 - Renda Mensal Individual.....	48
Gráfico 7 - Renda Mensal Familiar.....	49
Gráfico 8 - Ensino Básico.....	49
Gráfico 9 – Fontes de Conhecimento em Finanças Pessoais.....	51
Gráfico 10 – Formas de Contribuição do Curso Superior.....	52
Gráfico 11 - Curso Superior x Contribuição.....	53
Gráfico 12 - Conhecimento para Gerenciar o Próprio Dinheiro.....	55
Gráfico 13 - Frequência Poupança.....	56
Gráfico 14 - Plano de Investimentos.....	57
Gráfico 15 - Mapeamento de Receitas.....	57
Gráfico 16 - Mapeamento de Gastos.....	58
Gráfico 17 - Planejamento de Orçamento.....	59
Gráfico 18 - Controle de Orçamento.....	60
Gráfico 19 - Ferramentas para Planejamento/Controle.....	61
Gráfico 20 - Instrumentos para Planejamento/Controle.....	61
Gráfico 21 – Aposentadoria.....	62
Gráfico 22 - Padrão de Vida.....	63
Gráfico 23 - Parcelamento de Fatura do Cartão de Crédito.....	64
Gráfico 24 - Comprometimento da Renda Líquida Mensal.....	65
Gráfico 25 - Cheque Especial.....	65
Gráfico 26 – Endividamento.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Curso Superior x Forma de Contribuição.....	54
Tabela 2 - Período de Manutenção do Padrão de Vida com Economias x Possuir Plano de Investimentos.....	63

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	JUSTIFICATIVA.....	12
1.2	OBJETIVOS.....	13
1.2.1	Objetivo Geral.....	13
1.2.2	Objetivos Específicos.....	14
2	REVISÃO TEÓRICA.....	15
2.1	FINANÇAS PESSOAIS.....	15
2.1.1	Equilíbrio Financeiro Pessoal e Qualidade de Vida.....	16
2.2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	18
2.2.1	Cenário Internacional.....	20
2.2.2	Cenário Brasileiro.....	21
2.2.2.1	Estratégia Nacional para Educação Financeira (ENEF).....	22
2.2.2.2	Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil).....	23
2.2.2.3	Banco Central do Brasil (BACEN).....	24
2.2.2.4	Comissão de Valores Mobiliários (CVM).....	25
2.2.2.5	Bolsa de Valores, Mercados e Futuros (BM&FBovespa).....	25
2.2.2.6	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).....	26
2.2.2.7	Junior Achievement Brasil.....	28
2.2.2.8	Ligas de Mercado Financeiro.....	29
2.3	PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	30
2.3.1	Ciclo de Vida dos Indivíduos e Planejamento Financeiro.....	32
2.3.2	Ferramentas Financeiras para Gestão Pessoal.....	33
2.3.2.1	Balanço Patrimonial.....	33
2.3.2.2	Demonstração do Resultado Mensal.....	34
2.3.2.3	Orçamento.....	35
2.3.2.4	Fluxo de Caixa.....	38
3	METODOLOGIA.....	39
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	39
3.2	MÉTODO DE PESQUISA.....	39
3.3	UNIVERSO E AMOSTRA.....	40
3.4	COLETA DOS DADOS.....	41
3.5	ANÁLISE DOS DADOS.....	42
4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	44
4.1	PERFIL.....	44
4.2	FONTES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	50
4.3	INFLUÊNCIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	52
4.4	GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL E PLANEJAMENTO FINANCEIRO.....	55
4.5	MÉTODOS DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO: ANÁLISE DE	

	DIFERENTES PERFIS.....	67
4.5.1	Poupança e Investimentos.....	67
4.5.2	Gerenciamento Financeiro Pessoal.....	68
4.5.3	Consumo, Crédito e Endividamento.....	70
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
5.1	LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	74
5.2	SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS.....	75
	REFERÊNCIAS.....	76
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO.....	80
	ANEXO B – GRÁFICOS NÃO INCLUSOS NO CORPO DO TRABALHO.....	89

1 INTRODUÇÃO

A recente ascensão econômica de milhões de brasileiros traz novos desafios no que diz respeito ao contato com situações de âmbito financeiro vivenciadas no dia a dia, ainda estranhas para muitos cidadãos. Além disso, as possibilidades de consumo aumentaram, tornando cada vez mais necessário que o tema da educação financeira seja trazido à luz, para uma maior conscientização sobre práticas relacionadas à alocação de recursos, evitando situações de endividamento e dificuldades financeiras futuras (BRASIL, 2016a).

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico¹ (2005 *apud* BRASIL, 2016a), educação financeira é a forma pela qual integrantes de uma sociedade adquirem conhecimentos sobre produtos e conceitos financeiros; a partir desses conhecimentos é possível desenvolver valores e competências que permitam ter uma maior consciência das oportunidades e riscos inerentes a esses produtos e conceitos, e, dessa forma, fazer escolhas bem embasadas. Já o planejamento financeiro pode ser classificado como o ato de “estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família” (FRANKENBERG, 1999, p. 31). Esses dois conceitos são essenciais para um melhor entendimento da discussão proposta por este trabalho.

De acordo com Bertoldi (2015) enquanto algumas pessoas têm a oportunidade de adquirir conhecimentos sobre finanças pessoais na educação básica, por opção das escolas em ministrarem aulas sobre o tema, outras aprendem pelo exemplo dos pais, algumas por buscarem cursos específicos, muitas tentam aprender pela prática, ao longo da vida, entre outros casos. A partir disso, é possível levantar a hipótese de que mesmo sendo necessário lidar com situações financeiras no cotidiano existe um desnível sobre conhecimentos em finanças pessoais por parte dos cidadãos. Aliado a essas diferenças em relação à aquisição de conhecimentos, a ideia de se preparar para o futuro, constituindo reservas, não faz parte da cultura do brasileiro (BERTOLDI, 2015), o que pode criar um cenário de endividamento presente que reflete no futuro.

O cenário que existe hoje, no Brasil, em relação à educação financeira ainda é incipiente. Em 2010, o tema adquiriu *status* de política de Estado, com a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) (BRASIL, 2013), que possui o objetivo de

¹ ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Improving Financial Literacy – Analysis of issues and policies**. Paris, 2005.

² HERCULANO, Selene C.. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene C. (org.); et al.

promover ações gratuitas sobre o assunto, sem interesse comercial; conforme Relatório Analítico do ENEF, dentre as iniciativas já mapeadas, 31% privilegiam o ensino de crianças e jovens (BRASIL, 2013). Para Bertoldi (2015) é possível perceber que cada vez mais o tópico vem ganhando importância, mas se está longe de chegar a um cenário ideal, em que os princípios de finanças pessoais sejam, por exemplo, disciplinas obrigatórias no currículo do ensino básico. Hoje, muitos jovens se capacitam no tema apenas por cursarem faculdades da área de negócios, que têm como parte integrante do currículo o ensino financeiro.

Ainda sobre o contexto brasileiro, um estudo de 2015 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico mostrou que mais da metade dos alunos brasileiros não possui conhecimentos básicos sobre como lidar com seu dinheiro no dia a dia, sendo o Brasil o país com o pior resultado dentre os 15 países ou províncias analisadas (BBC, 2017). O teste de “Cultura Financeira dos Estudantes” divide o grau de conhecimentos na área em cinco níveis, que evoluem de forma crescente em termos de dificuldade, e 53% dos alunos brasileiros na faixa dos 15 anos (faixa etária avaliada no estudo) não conseguiram atingir o nível dois, ou seja, ficaram abaixo do nível de conhecimentos financeiros mínimos; somente 3% dos respondentes brasileiros conseguiram atingir o nível cinco, de maior conhecimento na área (BBC, 2017). O estudo ainda destaca que a cultura financeira é essencial, pois está presente em decisões que vão desde como crianças decidem gastar sua mesada até a forma como pessoas mais velhas administram suas economias para a aposentadoria.

Segundo pesquisa desenvolvida pela Serasa Experian (2016), consultoria que dinamiza a expansão de negócios com fornecimento de dados e ferramentas de análise, em março de 2016 jovens de 18 a 25 anos representavam 15,7% dos inadimplentes do Brasil, sendo a segunda faixa etária com mais dívidas atrasadas no país e a que apresentou o maior crescimento no último ano. O mesmo estudo constatou que o aumento do desemprego e dos juros contribuíram para este cenário, mas a falta de experiência em sistemas de crédito e o maior impulso na hora de fazer compras também devem ser considerados. Em 2012, uma pesquisa realizada pela mesma consultoria teve como resultado o crescimento de 18% na demanda por crédito também dessa faixa etária (18 a 25 anos), batendo recorde em relação a anos anteriores. A possibilidade de criação de contas universitárias junto a bancos comerciais, com disponibilização de cartão de crédito e cheque especial, sem necessidade de comprovante de renda, contribuiu para esses resultados (SERASA EXPERIAN, 2012).

Este cenário se torna ainda mais preocupante quando se avalia a situação atual do sistema previdenciário social. Segundo o Senado Federal (2015), a pirâmide etária brasileira está se modificando, com um estreitamento da base e alargamento do topo, o que já levou a

discussões de como será possível, no futuro, sustentar o sistema. A proposta de progressividade, que leva em conta a idade do trabalhador e o tempo de contribuição, em um sistema de pontos, fará com que a média de idade para aquisição do benefício se eleve (SENADO FEDERAL, 2015). De acordo com Dias (2013), hoje já é difícil manter o padrão de vida após a aposentadoria somente com os valores recebidos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com a possível necessidade de maior tempo de trabalho para adquirir direito ao benefício é importante se pensar em formas alternativas de renda para o futuro. Nesse contexto, estudantes universitários, por estarem próximos do início de uma carreira e não possuírem garantias de que poderão contar, futuramente, somente com o Sistema de Previdência Social, deveriam se preocupar com o planejamento de reservas. Entretanto, conforme dados apresentados anteriormente, é perceptível que existe dificuldade de organização da gestão financeira pessoal no presente, levando à hipótese de que o planejamento para o futuro não seja assunto prioritário.

Frente as informações que foram apresentadas, pretende-se pesquisar quais os conhecimentos sobre educação financeira que estudantes universitários possuem e como esses conhecimentos impactam na escolha por opções de reservas financeiras. Com isso, espera-se poder responder a seguinte questão: De que forma a educação financeira se relaciona com a prática do planejamento financeiro de estudantes universitários de Porto Alegre?

1.1 JUSTIFICATIVA

Conforme apresentado na seção anterior, o cenário que existe hoje alia poucas iniciativas sobre o ensino financeiro, facilidade para aquisição de crédito, crescimento do endividamento de jovens e mudanças no sistema de Previdência Social. Esses fatores poderiam levar a diversos questionamentos base para o desenvolvimento de temas de pesquisa, mas a temática escolhida pode ser defendida pelo que é exposto nos próximos parágrafos.

Este trabalho se justifica por dois âmbitos: teórico e prático. Com relação ao primeiro, a autora espera poder aprofundar os conhecimentos que possui sobre educação e planejamento financeiro, levando a um desdobramento prático, que será o melhor entendimento de como esses conceitos são aplicados, ou não, por estudantes universitários. A partir disso será possível contribuir com uma análise das relações existentes entre a educação e o planejamento

financeiro do público em questão, auxiliando na tomada de decisões financeiras do mesmo e de interessados no tema. Metodologicamente não haverá nenhum tipo de inovação, visto que uma pesquisa será realizada com posterior análise de resultados.

Em termos teóricos, a temática escolhida se justifica pelo interesse da autora em finanças, de forma específica na área de gestão financeira pessoal. Pela formação generalista oferecida no curso de Administração da UFRGS é difícil a especialização dentro de um campo, sendo mais complicado ainda o aprofundamento em um tema tão específico sobre finanças. Assim, o trabalho de conclusão de curso é uma chance de maior estudo sobre pontos de interesse e percebeu-se a oportunidade de aprofundar os conhecimentos sobre o assunto em questão, que sempre gerou inquietude na autora, por perceber que muitos jovens não conseguem ter uma gestão adequada de suas finanças, algo que sempre foi natural a ela.

Na abordagem prática, se objetiva que com a análise dos resultados da pesquisa exista um melhor entendimento sobre as relações entre a educação e o planejamento financeiro de estudantes universitários. Com isso, será possível contribuir com propostas que envolvam formatos de educação financeira que tenham maior chance de levar ao planejamento financeiro e, assim, entregar valor não só para o público da pesquisa, mas para todos que tiverem interesse em saber mais sobre o assunto.

1.2 OBJETIVOS

O presente trabalho busca atingir os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Descrever a relação entre a educação financeira e a prática do planejamento financeiro de estudantes universitários de Porto Alegre.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar de que forma estudantes universitários de Porto Alegre adquirem conhecimentos sobre educação financeira;
- Verificar se os diferentes cursos de graduação dos estudantes em questão influenciaram na educação financeira dos mesmos;
- Identificar como os estudantes universitários de Porto Alegre organizam sua gestão financeira pessoal e fazem seu planejamento financeiro;
- Comparar os métodos de planejamento financeiro adotados pelos estudantes em questão considerando os diferentes perfis de respondentes da pesquisa.

2 REVISÃO TEÓRICA

O presente capítulo busca reunir materiais existentes sobre o tema deste estudo, com enfoque em finanças pessoais, educação financeira e planejamento financeiro, definindo conceitos, apresentando iniciativas existentes no cenário nacional e internacional e ferramentas para controle financeiro. O objetivo é contextualizar e embasar o assunto delimitado, mostrar a relevância desta pesquisa e possibilitar maior consistência às análises que serão desenvolvidas no capítulo “Resultados”, tornando viável uma contribuição futura.

2.1 FINANÇAS PESSOAIS

Segundo Worthington (2006) o conhecimento financeiro pode ser classificado de duas maneiras: pessoal e profissional. Em termos profissionais, o conhecimento em finanças está relacionado à compreensão de relatórios financeiros, fluxos de caixa e mecanismos de governança corporativa das empresas. No âmbito pessoal, diz respeito ao entendimento da economia e de como as decisões das famílias são afetadas pelas circunstâncias econômicas.

Kiyosaki e Lechter (2000), afirmam que os investimentos ajudam a formar os Ativos, que podem ser considerados como a entrada de valores. Isso ocorre a partir da acumulação de um fundo de riqueza, com a economia de parte da renda pessoal para uso futuro, mantendo aplicações financeiras em contas bancárias, dentre outras opções. Já o Passivo pode ser considerado como a saída de dinheiro, por meio de empréstimos, por exemplo, que criam uma obrigação de devolução de valores acrescidos de juros e encargos. No âmbito empresarial, a diferença entre o Ativo e o Passivo é conhecida como Patrimônio Líquido, que no caso das finanças pessoais nada mais é do que a verdadeira riqueza, a porção de capital que realmente pertence a um indivíduo (DIAS, 2013). Para Kiyosaki e Lechter (2000), a principal causa de dificuldades financeiras está no desconhecimento da diferença entre Ativos e Passivos, que deriva da falta de conhecimentos sobre fundamentos financeiros, hipótese corroborada por Bitencourt (2004).

Grande parte da população brasileira realiza movimentações financeiras mensalmente, seja por meio de recebimento de proventos como salários, pagamento de contas bancárias, utilização de cartões de crédito, entre outros. Para Bitencourt (2004), conhecer fundamentos

financeiros determinará quais decisões os cidadãos irão adotar no dia a dia financeiro e o conhecimento ou desconhecimento da ciência financeira irá gerar hábitos completamente diferentes no que diz respeito a essas decisões. Pessoas que detêm conhecimentos suficientes sobre finanças provavelmente farão investimentos em ativos que produzam renda, já as que não detêm o conhecimento necessário terão maiores chances de investir em ativos para ostentar posições (BITENCOURT, 2004). As diferenças entre os tipos de investimento que serão feitos, poderão levar, futuramente, à distinção entre pessoas endividadas e aquelas com uma situação financeira estável.

Neste contexto, vale ressaltar que as decisões financeiras pessoais podem ser classificadas em quatro tipos básicos, de acordo com Bodie e Merton (1999):

- a) Decisões de consumo e economia: estabelecem quanto da riqueza atual deve ser gasto em consumo e quanto da renda atual deve ser economizado para o futuro;
- b) Decisões de investimentos: devem estabelecer a forma de investir o dinheiro que é economizado;
- c) Decisões de financiamento: devem decidir quando e como usar o dinheiro de terceiros para implementar planos de consumo e de investimentos;
- d) Decisões de administração de risco: devem procurar formas de reduzir as incertezas financeiras enfrentadas e quando os riscos devem ser aumentados.

Apesar de os quatro tipos de decisões apresentadas estarem relacionados, o foco deste trabalho será no ato da poupança, que é estimulado pelo gerenciamento financeiro. A seguir, são apresentados argumentos sobre os benefícios que o ato da boa gestão financeira pessoal pode trazer à vida dos cidadãos.

2.1.1 Equilíbrio Financeiro Pessoal e Qualidade de Vida

Para Ribeiro (2014), o planejamento das finanças pessoais é necessário para que as pessoas possam se organizar, enxergar quais as receitas de que dispõe para realizar os gastos que necessitam ou desejam, pensando sempre em evitar o endividamento. O mesmo autor ainda cita que pessoas endividadas acabam trabalhando para quitar as dívidas que realizam devido a um descontrole financeiro, o que pode influenciar seu equilíbrio emocional e sua qualidade de vida.

Segundo Herculano² (2000 *apud* RIBEIRO, 2014), a qualidade de vida de uma população pode ser proposta de duas formas: a primeira se relaciona com a capacidade que um grupo social tem para satisfazer as suas necessidades, levando em consideração os recursos disponíveis; a segunda está relacionada com a avaliação de necessidades, por meio dos graus de satisfação e patamares desejados, sendo a qualidade de vida mensurada pela distância existente entre o que se deseja e o que se alcança.

Conforme Ribeiro (2014), a expressão “qualidade de vida“, quando citada pela primeira vez, estava relacionada com economia e bem-estar. Seu autor, Pigou, discutia o conceito a partir do suporte governamental para as pessoas de classes sociais menos favorecidas e qual impacto isso trazia para a vida das mesmas, e também para o orçamento do Estado. Com o passar do tempo o conceito foi evoluindo, e se ligando a fatores mais subjetivos, como realização pessoal, bem-estar próprio, satisfação, qualidade de relacionamentos construídos, oportunidades de lazer, possibilidades de acesso a eventos culturais, entre outros (NAHAS³, 2001 *apud* RIBEIRO, 2014).

Considerando o que foi dito, é possível inferir que há influência da adoção de um planejamento das finanças pessoais na qualidade de vida (RIBEIRO, 2014). Se a qualidade de vida se caracteriza, entre outros aspectos, pela felicidade e bem-estar próprio, o endividamento, causado por falta de uma gestão das finanças pessoais, poderá levar à infelicidade, prendendo a pessoa a dívidas, causando danos que são contrários a sensação de bem-estar; um bom planejamento financeiro, neste sentido, poderá refletir em uma melhoria na qualidade de vida (RIBEIRO, 2014).

Por fim, para que o ato de poupar seja natural na vida financeira das pessoas, é importante tratar sobre os temas da educação financeira e do planejamento financeiro. O primeiro diz respeito a teoria, os ensinamentos sobre finanças pessoais, o segundo pode ser relacionado com a prática, a real implementação de uma gestão financeira pessoal; esses dois temas serão apresentados nos próximos itens desta Revisão Teórica.

² HERCULANO, Selene C.. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene C. (org.); et al. **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Eduff, 2000.

³ NAHAS, M. V. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. Londrina: Midiograf, 2001.

2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Para que as finanças pessoais possam ser gerenciadas, é necessário que os cidadãos tenham conhecimentos sobre a área financeira, para que a partir disso entendam como organizar suas finanças, com o auxílio de ferramentas de planejamento. Este tópico se propõe a esclarecer o que é a educação financeira e qual o seu papel, bem como apresentar as iniciativas existentes em países estrangeiros sobre o tema e qual o cenário existente hoje no Brasil.

Segundo Saito, Savoia e Santana

a educação financeira pode ser entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando aprimoram tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar (SAITO, SAVOIA e SANTANA, 2007, p. 1122).

A partir disso pode-se inferir que o objetivo da educação financeira não é o enriquecimento, mas sim a compreensão de como aplicar da melhor maneira possível os recursos financeiros, existindo embasamento na tomada de decisões. Segundo Mankiw (2001, p. 543) “o investimento em educação é tão importante quanto o investimento em capital físico para o sucesso econômico a longo-prazo de um país”, além de afirmar que proporcionar um bom ensino à população e incentivar o seu uso é uma das melhores formas de melhorar o padrão de vida da mesma.

Kiyosaki e Lechter (2000), alertam para o fato de que é preocupante as pessoas irem atrás de riqueza, e não de educação. Os mesmos autores afirmam que quanto mais abertas as pessoas estiverem para novos conhecimentos, maior flexibilidade terão para responder a desafios distintos e, conseqüentemente, mais ricas poderão ser nos mais diversos cenários. Saito (2007) complementa esta afirmação, ressaltando que o êxito na gestão de finanças pessoais não se refere a quantidade de recursos financeiros acumulados, mas sim à capacidade de gerir estes recursos, planejando a disponibilidade deles para a realização de projetos pessoais.

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE⁴ (2005 *apud* VIEIRA, BATAGLIA e SEREIA, 2009) considera que a educação financeira, independente

⁴ ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Improving Financial Literacy – Analysis of issues and policies**. Paris, 2005.

do nível de renda, tem a capacidade de beneficiar todas as pessoas. Para os jovens que estão próximos de iniciar a vida no mercado de trabalho, ela pode servir como uma ferramenta de planejamento e poupança, trazendo benefícios para a vida futura e evitando possíveis endividamentos. A OCDE ainda incentiva a execução de programas sobre educação financeira. Para que esses programas possam ocorrer, a Organização definiu alguns princípios e boas práticas que devem ser seguidos na implementação dos projetos, resumidos a seguir conforme proposição de Saito, Savoia e Santana:

- A Educação Financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
- Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
- O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
- O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
- A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam.
- Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
- A Educação Financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo, o quanto antes.
- As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações.
- Os programas de Educação Financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento, e a contratação de seguros.
- Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível (SAITO, SAVOIA e SANTANA, 2007, p.1129).

Por fim, Holzmann e Miralles (2005) e Worthington (2006), ressaltam que os agentes participantes do processo de educação em finanças pessoais são as escolas, as empresas, o Governo, as instituições financeiras, as organizações não-governamentais, entre outros. A seguir, será apresentado quais desses participantes têm influência no cenário internacional

relacionado à educação financeira, e como o tema vem sendo disseminado no Brasil, bem como quais são os agentes, em nosso país, que têm contribuído para o desenvolvimento de ações relacionadas ao assunto.

2.2.1 Cenário Internacional

Em 2005, a OCDE publicou um relatório apresentando os resultados obtidos em relação a um programa iniciado pela mesma instituição, em 2003, que tinha como intuito desenvolver a poupança previdenciária e melhorar o entendimento dos indivíduos sobre produtos financeiros. Observou-se que os países pesquisados estavam adotando políticas quanto à instrução da população no que diz respeito aos conceitos de crédito, investimento e instrumentos de seguro, além de demonstrar preocupação com a população jovem (SAITO, SAVOIA e SANTANA, 2007).

Para Holzmann e Miralles (2005), o processo de educação financeira está mais desenvolvido nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, assim como em alguns países da América Latina e da Europa Central e Oriental, que instituíram reformas no sistema previdenciário e, percebendo a importância do tema, passaram a desenvolver programas, treinamentos e campanhas para estimular conhecimentos sobre crédito, poupança previdenciária e investimentos. Lusardi e Mitchell (2007), entretanto, constataram que, nesses mesmos países, os cidadãos possuem dificuldade na elaboração do seu planejamento financeiro, existindo implicações futuras, na fase de aposentadoria. Milan (2015), afirma que os países do leste europeu membros da OCDE e outros países não membros, como Bulgária, Lituânia e Macedônia, ainda têm um longo caminho a trilhar no que se refere ao desenvolvimento de propostas concretas para a disseminação da educação financeira à população.

Segundo Vieira, Bataglia e Sereia (2009), nos Estados Unidos, além do ensino oficial em escolas secundárias, muitas instituições, como o *Federal Reserve* e a *National Endowment for Financial Education*, disponibilizam informações e dão especial atenção aos consumidores, com o objetivo de melhorar o bem-estar financeiro dos cidadãos por meio de escolhas mais acertadas. O mesmo autor afirma que o interesse pelo assunto, por parte dos estadunidenses, não parte somente da esfera do governo. Instituições financeiras como o *Citibank* e o *Bank of America* participam, através de financiamentos, de projetos de educação

financeira. Mandell⁵ (2005 *apud* SAITO, SAVOIA e SANTANA, 2007) destaca que a inserção de programas sobre educação financeira no sistema de ensino ocasionou a ampliação da propensão de poupar nos estudantes norte-americanos.

No Reino Unido não há obrigatoriedade da educação financeira nas escolas, ela possui condição facultativa desde 2001. De acordo com Saito, Savoia e Santana (2007), na Inglaterra o conteúdo da educação financeira está disseminado entre disciplinas como matemática, educação moral e cívica, entre outras. Ainda no Reino Unido, há um órgão independente, *Financial Services Authority*, que oferece informações ao consumidor com o intuito de auxiliá-lo em suas decisões financeiras (VIEIRA, BATAGLIA e SEREIA, 2009).

A Nova Zelândia mantém programas dirigidos por uma instituição que têm contribuído com o desenvolvimento da educação financeira por meio de programas de incentivo aos planos de aposentadoria e de educação aos jovens, a *NZ Retirement Commission* (VIEIRA, BATAGLIA e SEREIA, 2009).

De acordo com Vieira, Bataglia e Sereia (2009), na Espanha existe o Plano de Educação Financeira, elaborado pela *Comisión Nacional Del Mercado de Valores (CMNV)* e pelo Banco de España, que surgiu pela necessidade de melhorar a cultura financeira da população e de contribuir para o fomento da estabilidade e da confiança no sistema financeiro. A proposição do Plano baseou-se na inserção de disciplinas que desenvolvam a educação financeira nas escolas, criação de uma página virtual que oriente os cidadãos sobre sistemas e rotinas financeiras, entre outros.

2.2.2 Cenário Brasileiro

No Brasil, o cenário relacionado à educação financeira ainda é incipiente, mas algumas iniciativas vêm crescendo e merecem destaque. Políticas públicas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF têm contribuído para o desenvolvimento da alfabetização financeira, tendo papel importante no desenvolvimento do tema já que não há obrigação da Educação em Finanças Pessoais no sistema de ensino básico brasileiro. Em 2009 foi aprovada a proposta do Projeto de Lei 3.041/04, que propunha, inicialmente, a criação de uma disciplina específica sobre educação financeira nos currículos das séries finais do ensino

⁵ MANDELL, L. **Financial literacy**: Does it matter? New York: University at Buffalo, Apr. 2005.

fundamental e médio (SAITO, 2007). Por questões constitucionais o Projeto não foi aprovado, existindo um substitutivo que definiu que o tema da educação financeira faria parte do currículo escolar dentro do ensino da disciplina de matemática (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2006). Com relação ao ensino universitário, não se verifica uma participação direta das instituições de ensino superior no processo de educação em finanças pessoais (SAITO, 2007).

Alguns projetos impulsionados por iniciativas privadas e organizações da sociedade civil também contribuem para a promoção do tema. A seguir é apresentado o detalhamento de algumas ações praticadas por entidades privadas e pelo governo com o objetivo da promoção de tópicos relacionados à Educação Financeira.

2.2.2.1 Estratégia Nacional para Educação Financeira (ENEF)

A Estratégia Nacional para Educação Financeira (ENEF) foi instituída com o intuito de ser uma política de Estado de caráter permanente e gratuito, tendo como objetivo contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes (BRASIL, 2013). A ENEF propõe ações conjuntas entre instituições públicas e privadas, e suas propostas de programa envolvem crianças e jovens estudantes, ensinando conteúdos em educação financeira ministrados com o apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e entre adultos, por meio da disseminação de informações através de mídias de massa, como rádio, televisão e imprensa (MILAN, 2015).

Os programas da ENEF são divididos em dois âmbitos: setoriais e transversais. Os primeiros “são os programas e as ações desenvolvidas pelos membros do CONEF (Comitê Nacional de Educação Financeira) e que estão alinhados às diretrizes propostas pela ENEF. Esses programas são regidos pelos objetivos e papéis desempenhados por cada instituição” (BRASIL, 2016b). Já os programas transversais dizem respeito às

ações de educação financeira da ENEF que, pelo público beneficiário ou temática financeira priorizada, não são de responsabilidade exclusiva de determinado órgão ou entidade. Seus objetivos requerem a conjugação de diversos temas como proteção, planejamento financeiro, poupança, investimento, crédito e defesa do consumidor. Os programas transversais estão sob a coordenação da Associação de Educação Financeira do Brasil – AEF-Brasil. [...]. Estes programas podem ser patrocinados por qualquer instituição interessada na promoção da educação financeira no Brasil (BRASIL, 2016c).

Os programas transversais são separados em três vertentes (BRASIL, 2016c):

- a) Programa Educação Financeira nas Escolas: Tem duas áreas foco, o Ensino Fundamental e Médio, e o seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento da cultura de planejamento, prevenção, poupança, investimento e consumo consciente nas futuras gerações brasileiras;
- b) Programa de Educação Financeira de Adultos: possui como públicos-alvo prioritários duas populações em situação de vulnerabilidade - mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e aposentados com renda de 1 a 2 salários mínimos. O objetivo, no caso das mulheres do Programa Bolsa Família, é contribuir para melhorar a gestão do orçamento familiar. No que se refere ao projeto para aposentados, ele objetiva a redução e a prevenção do superendividamento desse público;
- c) Semana Nacional de Educação Financeira: ação de mobilização da ENEF que objetiva disseminar a educação financeira por todo o país, através de ações desenvolvidas pelos membros do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF) e por parceiros convidados.

2.2.2.2 Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil)

A Associação de Educação Financeira do Brasil - AEF-Brasil é uma associação sem fins lucrativos financiada por quatro instituições do mercado financeiro: a Bolsa de Valores, Mercados e Futuros (BM&FBovespa), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), a Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), possuindo o objetivo de fomentar iniciativas voltadas à popularização da Educação Financeira, de forma que ela possa ser disseminada para o maior número possível de brasileiros (MILAN, 2015).

Os projetos da AEF-Brasil recebem o apoio e patrocínio de entidades da iniciativa privada, governo ou sociedade civil. Atualmente, a AEF-Brasil é responsável pela execução e coordenação dos projetos transversais da ENEF (AEF-BRASIL, 2016).

O mais recente desafio da AEF é o projeto de Mapeamento Nacional das Iniciativas de

Educação Financeira, que visa estabelecer quais os projetos, iniciativas e ferramentas gratuitas de desenvolvimento de tecnologias educacionais e sociais vinculadas à educação financeira estão disponíveis à sociedade (MILAN, 2015). Quando da finalização do mapeamento, a expectativa é que se tenha uma maior compreensão das iniciativas relacionadas à educação financeira existentes no país, sendo possível, assim, auxiliar na criação de “critérios para o selo ENEF de reconhecimento das iniciativas em Educação Financeira e contribuir para a troca de experiências entre organizações que trabalham com o tema” (MILAN, 2015, p. 33 e 34).

2.2.2.3 Banco Central do Brasil (BACEN)

As ações desenvolvidas pelo BACEN na área de educação financeira tem ido ao encontro da crescente sofisticação dos produtos oferecidos aos consumidores de serviços financeiros, que aumentam as opções de investimento e compra do cidadão brasileiro, ao mesmo tempo em que lhe atribui maior responsabilidade pelas escolhas realizadas (BACEN, 2016). A ampliação do leque de produtos financeiros disponibilizados tanto para indivíduos de baixa renda quanto para microempreendedores pode ser considerada o ponto principal para a formalização de programas de Educação Financeiro do BACEN, nos anos 2000, com foco inicial no segmento universitário e, posteriormente na área de finanças pessoais (MILAN, 2015).

Por entender que as questões relacionadas à educação financeira contribuem tanto para a inclusão financeira do cidadão brasileiro quanto para a eficiência do sistema financeiro nacional, o BACEN criou, em novembro de 2013, a diretoria de relacionamento institucional e cidadania, lançando o programa Cidadania Financeira, voltada a consumidores de baixa renda e microempreendedores (NAVARRO, 2015). Além do Cidadania Financeira, o Banco Central desenvolve outros projetos em parceria com órgãos como o Ministério do Desenvolvimento Social, Rede Brasileira de Bancos Comunitários e cooperativas de crédito solidárias (NAVARRO, 2015).

Alguns programas do BACEN voltados para a educação financeira são, de acordo com Milan (2015):

- a) Projeto Museu-Escola, que envolve visitas monitoradas ao museu do BACEN;
- b) Projeto O Museu Vai à Escola, que é uma extensão do Projeto citado no item

- anterior, levando exposições e palestras às escolas do Distrito Federal e região;
- c) Projeto BC e Universidade, composto por palestras mensais, ministradas por servidores do BACEN e direcionadas a estudantes universitários, esclarecendo sua atuação e suas funções.

2.2.2.4 Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

De acordo com Saito (2007), a Comissão de Valores Mobiliários promove palestras, fornece cartilhas de educação ao investidor, esclarece dúvidas quanto a investimentos e reforça o seu trabalho no que diz respeito a finanças pessoais por meio do portaldoinvestidor.gov.br.

Outra ação promovida pela CVM são os jogos virtuais que ensinam sobre o Mercado de Capitais, lançado em março de 2015 no evento “Educação Financeira para Jovens”, que fez parte da Semana Nacional de Educação Financeira (MILAN, 2015).

2.2.2.5 Bolsa de Valores, Mercados e Futuros (BM&FBovespa)

“A BM&FBovespa promove ações que visam atrair novos públicos à bolsa de valores, a fim de difundir informações sobre investimentos e mercado de capitais” (MILAN, 2015, p. 35). Ainda de acordo com Milan (2015), as iniciativas se baseiam em visitas monitoradas à Bolsa, realização de concursos estudantis, cursos *online* que, além da difusão de informações sobre formas de investimento contribuem para evidenciar a importância da bolsa de valores para a economia brasileira, transmitindo conceitos econômicos básicos. As iniciativas são desenvolvidas por meio do Instituto Educacional BM&FBovespa, que atua no desenvolvimento do mercado financeiro tendo como ferramenta a educação, e algumas delas são brevemente apresentadas a seguir (BM&FBOVESPA, 2017):

- a) Turma da Bolsa: programa de educação financeira criado para crianças, que busca facilitar o aprendizado de conceitos básicos relacionados à educação financeira, através de conteúdos voltados a crianças de 7 a 10 anos, pais e educadores;
- b) Dinheiro no Bolso: competição relacionada à educação financeira, focado no

público jovem, realizada pelo Canal Futura em parceria com a BM&FBOVESPA. O objetivo do programa é estimular o consumo consciente e a responsabilidade financeira de novas gerações, transmitindo de forma lúdica e atrativa conceitos sobre economia, finanças, investimentos, mercado de ações, crédito e empreendedorismo;

- c) TV Educação Financeira: série, com 4 temporadas, produzida pela BM&FBOVESPA em parceria com a TV Cultura com o intuito de auxiliar na gestão financeira pessoal. Os episódios abordam questões do cotidiano, como organização do orçamento pessoal, estratégias para lidar com dívidas e como começar a investir, tratados de forma didática e com uma linguagem de fácil assimilação;
- d) Planilha de Orçamento: planilha de orçamento disponível para *download* no site da BM&FBOVESPA, com o intuito de auxiliar no controle de gastos e investimentos de uma forma simples, rápida e eficaz;
- e) Papo de Bolsa: iniciativa para aproximar os cidadãos de assuntos relacionados à cultura de educação financeira e ao mercado de ações. São *chats* que ocorrem periodicamente e, durante o bate papo, é possível enviar dúvidas e perguntas ao entrevistado participante, que sempre é um especialista financeiro;
- f) Vídeos: canal da BM&FBOVESPA no YouTube com vídeos educativos sobre finanças pessoais e investimentos.

2.2.2.6 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

O SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, é uma entidade privada que busca promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte (SEBRAE, 2017). Ainda, é um agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, sendo uma instituição que proporciona, também, ações de educação e aprendizagem para pessoas físicas, por meio de cursos, palestras e cartilhas. Dentre os diversos programas desenvolvidos pela instituição alguns se fazem relevantes considerando a temática deste trabalho, e são apresentados nos próximos parágrafos.

Por ser uma instituição que apoia o empreendedor, existem programas que ajudam empresários no tema da educação financeira, três deles são: Negócio a Negócio, SEI e Namedida (SEBRAE, 2016b). No primeiro, um consultor vai à empresa que solicitou inscrição no Programa, realiza um diagnóstico, retorna com um plano de ação e mantém contato continuado com a empresa para orientação técnica. No segundo, cursos são oferecidos pela Internet sobre os temas de compra, vendas, planejamento e controle financeiro. No último, é oferecida uma capacitação e consultoria especializada para apoio na resolução de problemas relacionados à gestão financeira, entre outras áreas. Além desses programas, em 2016 o SEBRAE, em parceria com a Febraban, lançou um aplicativo de gestão financeira para microempreendedores individuais, o “Meu Negócio em Dia“, que possibilita a análise das principais receitas e despesas da empresa, além de obter dados como correção de valores de prestação e outros serviços financeiros.

Em termos de controle orçamentário e planejamento financeiro pessoal, o site do SEBRAE disponibiliza uma cartilha que serve como um guia-base em educação financeira. Ela ensina como montar um controle orçamentário, fazer o planejamento de investimento financeiro, elaborar planos de ação, tomar decisões e efetivar medidas que ajudam a evitar o acúmulo de dívidas (SEBRAE, 2016a).

Por último, é interessante falar sobre o Programa de Educação Financeira e Previdenciária do SEBRAE Previdência, que tem como objetivo orientar as pessoas a tomarem decisões fundamentadas no tocante às suas finanças e aposentadoria (SEBRAE PREVIDÊNCIA, 2017b). No que se refere à educação financeira, o programa disponibiliza, de forma gratuita e online, um guia de Boas Práticas em Finanças Pessoais, que aborda desde o tema da educação financeira infantil até a educação financeira para o orçamento familiar, além de incluir uma planilha orçamentária (SEBRAE PREVIDÊNCIA, 2017a). Com relação à Previdência, são disponibilizados materiais e dicas que ajudam a planejar o investimento para a aposentadoria, apresentando conceitos como previdência complementar, previdência social, investimentos e tributação (SEBRAE PREVIDÊNCIA, 2017c). Além disso, uma Cartilha de Educação Previdenciária está disponível, apresentado as principais características de uma previdência complementar, perfil de investimentos, entre outros.

O número de programas desenvolvidos para apoio a empreendedores com capacitação sobre gestão financeira pessoal e empresarial reforça a importância do tema deste trabalho. Por não existir uma boa base teórica no sistema de ensino básico faz-se necessário que a capacitação exista no momento em que o empreendedor já deveria estar preparado.

Caracteriza-se como positivo o fato da instituição ter também iniciativas voltadas para o público que não necessariamente é micro ou pequeno empresário.

2.2.2.7 Junior Achievement Brasil

A Junior Achievement é uma associação educativa sem fins lucrativos, que tem como mantenedora a iniciativa privada, e tem o objetivo de estimular o espírito empreendedor em jovens, ainda em idade escolar. Por meio de programas educativos aplicados por voluntários em escolas públicas e privadas e de ações mantidas por empresas, jovens são capacitados em temas como empreendedorismo, finanças pessoais e desenvolvimento de carreira (JA BRASIL, 2017a). A Junior Achievement foi fundada em 1919, nos Estados Unidos, e hoje está presente em 120 países. A seguir são apresentados alguns programas relacionados à educação financeira que são desenvolvidos junto a alunos dos Ensinos Fundamental e Médio (JA BRASIL, 2017b):

- a) Economia Pessoal: programa voltado a alunos do Ensino Fundamental, desenvolvido por meio de encontros em sala de aula, em que são ensinados conceitos sobre orçamento, gerenciamento financeiro pessoal e familiar e as vantagens e desvantagens do uso do crédito;
- b) Mais do que Dinheiro: programa que reúne assuntos de economia e negócios para alunos entre o quinto e o sétimo ano. Os alunos são encorajados a utilizar alternativas inovadoras de aprendizado sobre planejamento financeiro, ao mesmo tempo em que desenvolvem suas aspirações profissionais;
- c) Meu Dinheiro, Meu Negócio: programa de educação financeira desenvolvido para alunos do Ensino Médio, que busca estimular habilidades para lidar com o dinheiro e conscientizar sobre a importância dos conhecimentos em finanças;
- d) Finanças Pessoais: busca conscientizar os alunos do Ensino Médio sobre a importância de examinar o papel do dinheiro na realização de objetivos ao longo da vida, de proteger-se contra armadilhas financeiras e de tomar decisões dentro do contexto das finanças pessoais.

2.2.2.8 Ligas de Mercado Financeiro

Por último, é importante falar sobre as Ligas de Mercado Financeiro que se tornam cada vez mais comuns em universidades brasileiras de Economia e Administração. Com o intuito de criar uma ponte entre o mercado financeiro e as faculdades, grupos de alunos interessados em investir no mercado de capitais foram se formando nas principais Universidades do Brasil. As Ligas possuem o objetivo de conectar potenciais estagiários com empresas contratantes, por meio da capacitação de alunos através de palestras e eventos que visam disseminar o conhecimento sobre o mundo das finanças, e por sempre contarem com o apoio de professores ampliam o horizonte de conhecimentos na área financeira (INFOMONEY, 2015).

Mesmo não tratando da educação financeira de forma primária, as Ligas contribuem para um maior conhecimento dos alunos sobre as opções de investimentos que podem ser efetuadas no mercado, o que se relaciona de forma direta com o tema do planejamento financeiro. Diversas Universidades Americanas também contam com programas como esses, os chamados “clubes de finanças“. Além das Ligas, algumas faculdades de Economia e Administração no Brasil possuem, também, iniciativas como empresas juniores que atuam unicamente na área financeira, como a Consultoria Júnior de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, que possui membros que já investem individualmente na Bovespa (INFOMONEY, 2015).

Em Porto Alegre, dois casos merecem destaque: a Liga de Mercado Financeiro PUC-RS e a Liga de Mercado Financeiro UFRGS. A primeira é um grupo estudantil destinado a alunos da Universidade que têm interesse em mercado financeiro, atuando por meio da promoção de ações com instituições como JP Morgan, BTG Pactual e presidentes de grandes bancos. A segunda é um projeto idealizado por estudantes, que visa aproximar o mercado financeiro dos alunos da Universidade, desmistificando e apresentando melhor as possibilidades de atuação na área financeira. Realiza isso por meio de palestras, painéis, workshops, grupos de estudos e cursos, buscando sempre aproximar a relação do estudante com o mercado.

Apesar da existência dos projetos mencionados, além de outros de menor alcance, e de um claro desenvolvimento da importância dada ao tema a partir da criação da ENEF, percebe-se que as iniciativas atuais ainda não são suficientes para atender a demanda por educação financeira que o país possui, conforme corroboram Vieira, Bataglia e Sereia (2009). O

aumento da complexidade das operações e serviços financeiros exige dos cidadãos uma cultura financeira consciente, que resulte em uma melhor qualidade de vida pessoal e para toda a sociedade. Um ponto de destaque é que dentre a literatura que trata do cenário brasileiro, muito pouco se fala sobre a medição da efetividade das ações existentes sobre educação financeira, no que diz respeito aos impactos gerados na gestão financeira pessoal do público alvo das iniciativas. Ademais, pouco foi encontrado em termos de literatura que tratasse do conhecimento em educação financeira de estudantes universitários brasileiros e do seu impacto no planejamento financeiro pessoal dos mesmos, o que reforça a relevância do desenvolvimento deste trabalho. Com relação à literatura internacional, percebe-se um maior desenvolvimento do tema em países europeus e nos Estados Unidos, existindo o contato com temas ligados a organização da vida financeira desde o ensino básico, bem como preocupação com o ensino de jovens e medição da efetividade das ações existentes.

2.3 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

De acordo com Bitencourt

O planejamento é uma técnica administrativa que, através da análise do ambiente de uma organização ou de um indivíduo, cria a consciência das suas oportunidades e ameaças, dos seus pontos fortes e fracos, e, por essa consciência, estabelece o propósito de direção que a organização ou o indivíduo deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar ameaças (BITENCOURT, 2004, p. 51).

A mesma autora ainda ressalta que o planejamento financeiro pessoal não difere do planejamento financeiro adotado por empresas, pois nos dois casos a ideia é que uma estratégia seja estabelecida e seguida, com o objetivo de acumular bens e valores para formação de patrimônio. A estratégia pode ser voltada para o curto, médio ou longo prazo, e deve levar em conta a possibilidade de ocorrência de imprevistos, o que faz com que poucas pessoas consigam chegar ao objetivo final da independência econômico-financeira.

Busetti (2012) recomenda que antes do processo de planejamento financeiro ser iniciado algumas questões-chave sejam delimitadas, como:

- a) Por que planejo minhas finanças? Qual o seu propósito central?
- b) Com que idade espero me aposentar? Quantos anos faltam?
- c) Qual o meu nível de propensão ao risco?

Essas perguntas servem como um direcionador para o planejamento. A resposta a cada uma delas servirá como base para decidir quais as melhores ferramentas a serem utilizadas durante o processo de planejamento, bem como qual a melhor estratégia a ser adotada; afinal, poupar para a aquisição de um bem em curto, médio ou longo prazo é diferente de poupar para a aposentadoria, por exemplo.

Além do entendimento dos motivos para adotar um determinado modelo de planejamento financeiro, a gestão eficaz do mesmo dependerá de autoconhecimento, autocontrole, força de vontade, flexibilidade, foco e disciplina (BUSETTI, 2012). A partir do momento em que se acumula riqueza e se tem uma situação financeira confortável é inevitável que as pessoas queiram gastar, por isso os fatores comentados são tão importantes.

Zdanowicz (2012) também contribui, nesse sentido, citando alguns fundamentos que devem ser levados em consideração para o sucesso do planejamento financeiro: envolvimento, adaptação, contabilidade por áreas de responsabilidade, orientação para objetivos, comunicação eficaz, realismo, flexibilidade e controle. O envolvimento é considerado a base de todo o fluxo, pois a pessoa precisa estar engajada com o que se propõe a iniciar; a partir dele, os demais itens vão se sobrepondo, chegando ao topo do processo, que é o controle do planejamento proposto (BUSETTI, 2012).

Para Macedo Júnior (2010) o planejamento financeiro serve como um norte para a vida financeira; ele possibilita que as pessoas enxerguem onde estão, aonde querem chegar e quais caminhos devem ser seguidos para se ter um bom desempenho. Assim, segundo o autor, seis procedimentos devem ser adotados para que a consecução do planejamento possa ocorrer:

- a) Determinar a situação financeira atual;
- b) Definir objetivos;
- c) Criar metas de curto prazo para cada objetivo;
- d) Avaliar a melhor forma de atingir as metas;
- e) Colocar o plano estabelecido em prática;
- f) Revisar as estratégias adotadas.

Para a determinação da situação financeira atual é possível utilizar ferramentas como o balanço patrimonial, fazendo seu controle por meio de demonstrações do resultado (BUSETTI, 2012). Já a definição de objetivos, metas, planos e estratégias está relacionada a realização de um orçamento e controle de fluxo de caixa, segundo o mesmo autor. Essas ferramentas serão apresentadas com maior detalhamento nos próximos itens.

No cenário existente hoje, de grande desenvolvimento tecnológico, além de ferramentas tradicionais para auxílio no controle e planejamento financeiro, ainda é possível

contar com *softwares* e aplicativos de celular. Alguns deles possibilitam a integração direta com contas bancárias, por exemplo, sendo úteis no controle de gastos mensais. Entretanto, a maioria deles não possui recursos para planejamento, apenas controle dos gastos presentes, o que justifica a não abordagem dos mesmos nesta revisão teórica, já que o propósito desse trabalho é tratar sobre o planejamento financeiro.

2.3.1 Ciclo de Vida dos Indivíduos e Planejamento Financeiro

Para Saito (2007), a Gestão Orçamentária se caracteriza pelos eventos que ocorrem no curto prazo, com entradas e saídas de caixa mais previsíveis, que possibilitam o planejamento orçamentário, ou financeiro, fazendo com que os gastos sejam financiados com recursos previstos. Mesmo com o planejamento realizado, eventos inesperados podem ocorrer, por isso a acumulação de fundos para suprir eventuais necessidades é importante, caracterizando um Planejamento Emergencial. Além disso, o planejamento deve envolver a disponibilidade de recursos para objetivos futuros, como aposentadoria, educação, caracterizando um Planejamento Financeiro de Longo prazo (SAITO, 2007).

Os aspectos mencionados são relevantes para o planejamento financeiro, sendo importante ressaltar que as preocupações e interesses dos indivíduos mudam ao longo do tempo, existindo coerência com a evolução do ciclo de vida (SAITO, 2007). Modigliani⁶ (1966 *apud* SAITO, 2007) fala sobre a teoria do ciclo de vida, que pressupõe que as pessoas planejam seus gastos e poupança com o intuito de alocar o consumo da melhor maneira possível. Para essa teoria, a poupança resulta do desejo dos cidadãos de terem um consumo confortável na velhice, de modo que o objetivo maior da poupança seria a aposentadoria.

Conforme informações apresentadas na Introdução deste trabalho, essa preocupação com a poupança de recursos para a vida após a aposentadoria não parece ser prioridade para estudantes que estão próximos de iniciar a carreira, considerando as dificuldades para organização financeira no presente que muitos demonstram ter, hipótese confirmada com os dados levantados na pesquisa e que está explicitada na Análise e Interpretação dos Resultados.

⁶ MODIGLIANI, F. **The life cycle hypothesis of saving, the demand for wealth and the supply of capital.** Social Research, v. 33, n. 2, 1966.

2.3.2 Ferramentas Financeiras para Gestão Pessoal

2.3.2.1 Balanço Patrimonial

O desenvolvimento do Balanço Patrimonial auxilia na visualização da situação financeira e patrimonial dos indivíduos. A ferramenta em questão ajuda no gerenciamento financeiro, sendo importante que a mesma seja desenvolvida em etapa anterior ao planejamento.

De forma simplificada, o Balanço Patrimonial mapeia todos os ativos (bens e direitos) e passivos (obrigações), bem como possibilita a apuração do patrimônio líquido, que é igual à soma de todos os bens e direitos menos as obrigações futuras (BUSETTI, 2012). Assim, a equação fundamental da contabilidade tem a seguinte relação: **Ativo = Passivo + Patrimônio Líquido**, que pode ser vista na Figura 1:

Figura 1 – Balanço Patrimonial

ATIVO		PASSIVO	
	R\$		R\$
Ativo de Curto Prazo		Exigível no Curto Prazo	
Depósitos em Bancos		Cheque Especial	
Conta Corrente		Cartão de Crédito	
Caderneta de Poupança		Financiamentos até 01 ano	
Fundos de Aplicações		Empréstimos	
		Exigível no Longo Prazo	
Ativo de Longo Prazo		Financiamentos com mais de 01 ano	
Seguros de Vida			
FGTS		Total do Passivo Exigível	
Ativo Permanente		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imóveis			
Veículos		Riqueza (Ativo - Passivo Exigível)	
Total do Ativo		Total do Patrimônio Líquido	

Fonte: Adaptado de BITENCOURT (2004, p. 54)

A organização do Balanço Patrimonial, no âmbito das finanças pessoais, pode ser realizada de forma simples, conforme exemplifica a Figura 1, contabilizando todos os bens,

direitos e obrigações. Os ativos e passivos se subdividem em de curto (até 01 ano) e de longo (superiores a 01 ano) prazo (BUSETTI, 2012).

A partir da apuração do Balanço Patrimonial, é possível mensurar o nível de endividamento, liquidez e a evolução do patrimônio em comparação com outros períodos. Para Bitencourt (2004), a mensuração do patrimônio líquido pessoal é a primeira providência a ser tomada para o início do processo de planejamento financeiro pessoal, por isso o conhecimento e levantamento dos ativos e passivos é de extrema importância, pois o estabelecimento de metas poderá ser feito com maior precisão. A construção da Demonstração do Resultado do Exercício também é importante no processo de planejamento, assim, o próximo item versa a seu respeito.

2.3.2.2 Demonstração do Resultado Mensal

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é mais uma ferramenta contábil que integra o gerenciamento financeiro, de acordo com Ross (2000) ela serve para a medição de desempenho ao longo de determinado período e é demonstrada por meio da diferença entre receitas e despesas. O resultado desse demonstrativo é a sobra financeira do período, ou seja, o lucro ou prejuízo do período analisado.

Para fins de planejamento pessoal, a DRE, que normalmente analisa períodos anuais, pode ser adaptada para a demonstração de resultados mensais. Esse demonstrativo ajuda a visualizar qual o caminho seguido pelo dinheiro, a partir de um relatório que inclui todas as rendas e despesas mensais do mês anterior (BITENCOURT, 2004). Por meio deste demonstrativo é possível organizar o planejamento mensal seguinte, cortando ou realocando gastos, ou até mesmo aumentando receitas (DIAS, 2013).

A forma de apresentação da Demonstração do Resultado Mensal é sugerida, conforme Bitencourt (2004), na Figura 2:

Figura 2 – Demonstração do Resultado Mensal

Demonstração do Resultado Mensal	
	R\$
Receitas	
Salário Líquido	
Honorários Profissionais	
Aluguéis Recebidos	
Juros Recebidos	
Total Receitas	
Despesas	
Gastos com Habitação	
Gastos com Alimentação/Higiene	
Gastos com Educação	
Gastos Pessoais	
Gastos com Lazer	
Gastos com Plano de Saúde	
Gastos com Comunicação	
Gastos com Transporte	
Prestações de Financiamentos	
Total Despesas	
Resultado Disponível p/ Investir (R-D)	

Fonte: BITENCOURT (2004, p. 55)

2.3.2.3 Orçamento

De acordo com Bitencourt,

Orçamento é um instrumento de planejamento financeiro e representa nas organizações, um papel semelhante ao de casa, uma vez que reflete as condições quantitativas de como alocar recursos para cada conta e é utilizado para a tomada de decisões gerenciais (BITENCOURT, 2004, p. 58).

Zdanowicz (2004) complementa, ressaltando a importância do orçamento ao afirmar que é uma ferramenta de gestão necessária a qualquer empresa.

A maioria das pessoas possui algum tipo de controle de receitas e despesas, que pode ser considerado uma espécie de orçamento, mesmo que menos elaborado do que os utilizados por profissionais da área financeira (DIAS, 2013). Isso mostra, mesmo que de forma intuitiva, que os indivíduos sabem que a elaboração de um orçamento é importante para o controle financeiro pessoal.

Neste sentido, o orçamento se caracteriza como uma ferramenta que apoia na tomada de decisão, pois as pessoas podem utilizá-lo para mapear os recursos e despesas atuais ou

planejados, conseguindo estabelecer uma estratégia para atingir as metas de gastos e poupança que possuem (DIAS, 2013). Uma das principais funções do orçamento, neste sentido, é a possibilidade de comparação entre o que foi proposto e o que foi executado, além da possibilidade de projeções futuras, por meio da visão de longo prazo.

Com relação a objetivos, Bitencourt (2004) destaca a possibilidade de criação de condições de consumo e investimento, por meio da mensuração prévia de uma série de variáveis que poderão atingir as metas propostas por quem utiliza o orçamento. Além disso, a autora ainda fala sobre o estabelecimento de padrões que possibilitam que os resultados do orçamento possam ser controlados e comparados aos estipulados.

Para Zdanowicz (2004) a principal vantagem proporcionada pela elaboração e uso de uma ferramenta orçamentária é o auxílio no planejamento financeiro de quem a utiliza, a fim de que a pessoa possa controlar custos, planejar lucros e conduzir as atividades financeiras de modo que os objetivos e metas sejam cumpridos. Bitencourt (2004), fala sobre as limitações encontradas na utilização de ferramentas orçamentárias, quais sejam:

- a) Dados baseados em estimativas: nem sempre os dados de rendas e despesas serão fixos, existindo a necessidade de atribuir valores estimados; esses valores precisam ter bases realistas para que o resultado seja satisfatório;
- b) Controle de resultados inflexível: o controle de resultados precisa ser dinâmico e adaptado ao longo do tempo, por meio de educação orçamentária;
- c) A execução do orçamento pré-estabelecido não pode ser automática: a partir do momento em que o orçamento é planejado, a implantação do mesmo só será possível se todos os envolvidos na execução do mesmo se esforcem de forma contínua para que sua execução ocorra conforme o planejamento.

A Figura 3 mostra um exemplo de orçamento. É necessário discriminar as fontes de receita e seu percentual, avaliando a possibilidade de aumento das mesmas dependendo da necessidade ou decisão a ser tomada. Com relação às despesas, a discriminação da forma mais detalhada possível auxilia a enxergar como o dinheiro está sendo gasto, analisando se os gastos estão sendo planejados e realizados de forma racional e, a partir disso, fazer um controle mais adequado (DIAS, 2013). Espera-se que sempre exista um saldo positivo na diferença entre receitas e despesas, valor que poderá ser alocado em investimentos, poupança, títulos, ou outros instrumentos financeiros que possam servir como complementação de renda futura.

Figura 3 – Orçamento

ORÇAMENTO PESSOAL E ACOMPANHAMENTO MENSAL	Base Mês Anterior	Orçados		Realizados
		R\$	%	R\$
RECEITAS	R\$	%	R\$	R\$
Salários				
Honorários				
Aposentadoria ou Benefício				
Aluguéis				
Juros				
Outros				
TOTAIS RECEITAS				
DESPESAS				
Habitação				
Aluguel, condomínio				
Prestação do imóvel				
Energia elétrica				
Água				
Gás				
Telefone (fixo)				
Telefone celular				
Empregada doméstica/diarista				
Manutenção ou reforma do imóvel				
Alimentação				
Refeições/lanches no trabalho				
Supermercado, açougue e padaria				
Feira e Sacolão				
Transporte				
Prestação do automóvel				
Combustível				
Manutenção, reparos e limpeza				
Passagens de ônibus				
Estacionamento				
Despesas Médica				
Plano de Saúde				
Consultas médicas				
Dentista				
Exames				
Remédios (Farmácia)				
Vestuário				
Roupas				
Calçados/Acessórios				
Costureira				
Cabeleireiro/Corte de cabelo				

ORÇAMENTO PESSOAL E ACOMPANHAMENTO MENSAL	Base Mês Anterior	Orçados		Realizados
		R\$	%	R\$
RECEITAS	R\$	%	R\$	R\$
Educação				
Mensalidade escolar				
Cursos extras				
Material Escolar				
Seguros				
Automóvel				
Residencial				
Vida				
Saúde				
Plano de Previdência				
Impostos				
IPVA				
IPTU				
INSS				
Imposto de Renda				
Juros/Empréstimos/Financiamentos				
Juros do Cheque Especial				
Juros do Cartão de Crédito				
Taxas Bancárias				
Taxa de manutenção do cartão				
Credírios ou prestações				
Consórcio				
Empréstimos				
Financiamento Imobiliário				
Lazer e Diversão				
Cinema				
Jornais/revistas/livros e CDs				
Restaurantes/Lancherias				
Internet				
Clube/Associação/Academia				
TV por assinatura				
Viagens				
Vícios				
Cigarro				
Cerveja, Outros				
Diversos				
Dízimo				
Pensão				
Gorjetas, Mesadas, Outros				
TOTAIS DESPESAS				
SALDO: RECEITAS - DESPESAS				

Fonte: Adaptado de BITENCOURT (2004, p. 65 e 66)

2.3.2.4 Fluxo de Caixa

De acordo com Zdanowicz (2012), o fluxo de caixa é uma ferramenta de planejamento financeiro que engloba estimativas de entradas e saídas de caixa, para um período projetado determinado. Depois de um detalhamento de todo o orçamento pessoal, é necessário calcular a diferença entre as receitas e as despesas, analisando em qual das seguintes situações, propostas por Macedo Júnior (2010), o indivíduo se encontra:

- a) Sinal Verde: as receitas são maiores do que as despesas, existindo oportunidade de investir o dinheiro que sobra no final do mês;
- b) Sinal Amarelo: as receitas são iguais as despesas, sendo necessária atenção na procura de formas para poupar;
- c) Sinal Vermelho: as receitas são menores do que as despesas, medidas urgentes devem ser tomadas, evitando a necessidade de pagamento de juros e encargos.

Uma das principais vantagens da utilização de uma ferramenta de fluxo de caixa é a criação de condições para que recebimentos e pagamentos sigam critérios definidos. Além disso, o fluxo de caixa auxilia na percepção sobre a movimentação de recursos em determinado período, planejamento de datas de pagamento (evitando inadimplência), programação de aplicações, análise de empréstimos com encargos menos onerosos, entre outros (SILVEIRA, 2014). O mesmo autor ainda destaca que a adoção do fluxo de caixa como ferramenta gerencial pessoal proporciona uma visão de curto e médio prazo, um planejamento de investimentos e auxilia na capacidade de tomar decisões de forma rápida.

Como toda ferramenta, o fluxo de caixa também possui pontos de atenção. De acordo com Silveira (2014), para que seja possível obter resultados confiáveis na utilização desta ferramenta é necessário que a pessoa que a utiliza tenha disciplina no preenchimento da mesma, pois um erro nos valores atribuídos aos gastos ou receitas podem comprometer todo o fluxo.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo será discriminada a classificação da pesquisa bem como todas as etapas referentes ao planejamento e execução da mesma. O objetivo é não só fazer uma delimitação do que se julgou melhor aplicado ao fim deste estudo, mas também apresentar as razões para escolha de determinada forma de método, amostragem, coleta de dados e análise dos mesmos.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva, pois busca compreender as interações entre a educação financeira e a prática do planejamento financeiro de estudantes universitários de Porto Alegre. A partir da definição de Gil (2008, p. 28) as pesquisas descritivas "têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis". Vergara (2009) define a pesquisa descritiva como aquela que expõe as características de uma população ou fenômeno, podendo estabelecer correlações entre as variáveis, sem obrigatoriedade de explicar os fenômenos descritos.

Gil (2008) ainda afirma que pesquisas descritivas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, com o intuito de determinar a natureza dessa relação, se aproximam de uma pesquisa explicativa, aquela que busca identificar os fatores que contribuem para a ocorrência de fenômenos. Sendo assim, buscou-se com esse trabalho descrever as características de estudantes universitários de Porto Alegre no que diz respeito aos seus conhecimentos sobre educação financeira e métodos utilizados para planejamento financeiro, estabelecendo a relação entre essas duas variáveis.

3.2 MÉTODO DE PESQUISA

Os métodos escolhidos para compor esta pesquisa foram dois: o levantamento, ou pesquisa, de campo (*survey*) e a pesquisa bibliográfica. Isto ocorreu pela necessidade de

obtenção de informações por meio de interrogação direta dos indivíduos cujo comportamento se deseja conhecer, no caso, estudantes universitários de Porto Alegre, e pela fundamentação teórica e metodológica que ocorreu sobre assuntos relacionados a finanças pessoais, educação financeira e planejamento financeiro.

Para Vergara (2009, p. 43) a “pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral“. Para Gil (2008, p. 50) esse tipo de pesquisa “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos“. O mesmo autor afirma que quase todo tipo de estudo necessita algum trabalho dessa natureza, o que é corroborado por Vergara (2009).

Com relação à pesquisa de campo, ela foi escolhida por ser a “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo“ (VERGARA, 2009, p. 43). Gil (2008) explica que neste tipo de pesquisa se procede com a coleta de informações em um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado, fazendo, posteriormente, uma análise quantitativa para obter conclusões sobre os dados coletados.

Conforme Gil (2008), as vantagens da pesquisa de campo são o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez e quantificação; já as limitações são a pouca profundidade no estudo da estrutura e dos processos sociais e a visão estática que se tem sobre o fenômeno estudado. Considerando essas vantagens e limitações, o levantamento de campo se torna adequado, principalmente, para estudos descritivos, sendo útil para o estudo de opiniões e atitudes (GIL, 2008).

3.3 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo de uma pesquisa é definido como o “conjunto de todos elementos (empresas, produtos, pessoas, etc) que possuem as características que serão objeto de estudo“ (VERGARA, 2009, p. 46). Sendo assim, o universo pode ser delimitado como todos os estudantes universitários da cidade de Porto Alegre no ano de 2017.

Levando em conta a dificuldade de considerar todos os elementos do universo nesta pesquisa, foi necessário trabalhar com uma amostra, ou seja um “subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estimam as características desse universo ou população“

(GIL, 2008, p. 90). Existem diversos tipos de amostragem, mas geralmente estas se dividem em dois grandes grupos: amostras probabilísticas e não-probabilísticas. Para este trabalho o tipo de amostragem escolhida foi a não-probabilística, que, segundo Malhotra et al (2005), é baseada no julgamento pessoal do pesquisador e não na chance de selecionar os elementos amostrais, e pode oferecer boas características da população. Dentre os tipos de amostra não-probabilística, optou-se pelo uso da amostragem simples – em que o pesquisador busca obter uma amostra que seja semelhante à população que é seu alvo. Portanto, para a composição da amostra desta pesquisa, utilizou-se o seguinte critério: ser estudante de graduação em instituições de ensino de Porto Alegre no ano de 2017. Por conveniência, o questionário foi disponibilizado junto a grupos de estudantes em redes sociais e por meio das Comissões e Coordenações de Graduação de Universidades e Faculdades de Porto Alegre.

3.4 COLETA DOS DADOS

Para a pesquisa de campo foi utilizado um questionário estruturado, no qual “o respondente faz escolhas, ou pondera, diante de alternativas apresentadas” (VERGARA, 2009, p. 52). O questionário contou com 32 perguntas, sendo todas fechadas. O instrumento de pesquisa foi veiculado junto a grupos de estudantes em redes sociais e por meio das Comissões e Coordenações de Graduação de Universidades e Faculdades de Porto Alegre, tanto públicas quanto privadas, no período de 14 de março de 2017 à 7 de abril de 2017. Foram totalizadas 654 respostas, porém, destas, algumas foram desconsideradas pelo fato de os respondentes não se encaixarem no perfil do público pesquisado: já serem graduados e/ou estudarem em instituições de ensino fora de Porto Alegre. Desta forma, 601 questionários foram validados e utilizados para a análise dos resultados. O público-alvo foi, conforme mencionado anteriormente, estudantes de graduação em instituições de ensino de Porto Alegre no ano de 2017.

As perguntas inseridas no instrumento de pesquisa buscam informações que possam levar ao entendimento sobre as fontes de educação financeira dos respondentes, a adoção de métodos de controle e planejamento financeiro, alocação de gastos mensais, opções de investimento, entre outros. O questionário pode ser consultado, na íntegra, no Anexo A deste trabalho. Ele foi elaborado a partir da análise de outros questionários utilizados em pesquisas semelhantes, levando-se em consideração as seções de interesse para a coleta de dados deste

trabalho. O instrumento de pesquisa foi disponibilizado na plataforma online *Google Drive*; ele foi submetido à análise do professor orientador antes da aplicação do pré-teste e definição da versão final.

Antes da finalização do questionário foi realizado um pré-teste com sete pessoas que possuem as características do público-alvo descritas nos parágrafos anteriores. Segundo Malhotra et al (2005), o pré-teste se refere ao teste do questionário em uma pequena amostra de entrevistados, com o objetivo de identificar e eliminar potenciais problemas. Foram identificados alguns pontos de melhora referentes às opções de resposta de algumas perguntas. Os ajustes necessários foram realizados visando um bom entendimento de todas as questões.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Yin (2005, p. 137) afirma que a “análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar em tabelas, testar ou, do contrário, recombina as evidências quantitativas e qualitativas para tratar as proposições iniciais de um estudo“. Gil (2008) ainda fala que o objetivo da análise está relacionado ao fornecimento de respostas ao problema proposto no início da investigação por meio da organização dos dados, e que a interpretação destes últimos deve buscar o sentido mais amplo possível das respostas, se relacionando com conhecimentos obtidos anteriormente.

A análise dos dados coletados por meio do questionário ocorreu a partir da extração de informações da plataforma online onde o questionário foi disponibilizado; em um primeiro momento, todas as respostas não válidas foram apagadas. A partir disso, a própria plataforma disponibiliza uma análise das respostas recebidas para cada uma das perguntas, por meio de gráficos. Esses gráficos foram utilizados para compor a parte de resultados deste trabalho, servindo como base para as análises e interpretações.

Além disso, a plataforma fica vinculada a uma planilha do Microsoft Excel com todas as respostas, ferramenta também utilizada na análise dos resultados, por meio da obtenção de gráficos e tabelas, essas últimas utilizadas para a análise bivariada. Essa técnica tem a vantagem de possibilitar ao pesquisador a identificação de interações ou relações entre as respostas (MALHOTRA et al, 2005). As correlações levaram em conta, principalmente, o

cruzamento entre perguntas que abordam os cursos de graduação e as fontes de educação financeira dos respondentes, para explorar a influência de um sobre o outro.

Por último, uma análise geral das respostas sobre métodos de planejamento financeiro, referentes ao blocos de perguntas sobre Poupança e Investimentos, Gerenciamento Financeiro Pessoal e Consumo, Crédito e Endividamento foi realizada, levando em conta as diferenças nos perfis dos respondentes. Pelo grande número de perguntas referentes a métodos de planejamento financeiro, optou-se por realizar essa análise em blocos, e não por meio de análise bivariada.

Isso significa que no lugar de analisar-se cada questão de forma individual, fazendo seu cruzamento com questões referentes ao perfil dos respondentes, avaliaram-se, primeiramente, todas as respostas referentes à Poupança e Investimentos. Feita esta primeira análise, foram estudadas quais as diferenças relevantes, em termos de perfil, encontradas para essas respostas. Na sequência, o mesmo foi realizado para as questões referente ao Gerenciamento Financeiro Pessoal e Consumo, Crédito e Endividamento. Uma das limitações deste estudo, explicitada nas Considerações Finais, diz respeito a essas análises.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A seguir, são apresentados e analisados os resultados obtidos com a pesquisa. Das 654 respostas coletadas, 601 foram validadas. Os cálculos percentuais apresentados na análise e interpretação dos resultados foram realizados sob um total de 601 respostas. Em casos de perguntas não obrigatórias, com menos de 601 respostas, os valores absolutos e relativos estão especificados.

4.1 PERFIL

Com relação aos cursos de graduação dos respondentes da pesquisa, verifica-se uma diversidade de áreas de estudo, como pode ser observado no Gráfico 1. As engenharias representam pouco mais de 30% das respostas recebidas, cursos da área da saúde pouco mais de 20% e cursos das áreas de negócios pouco mais de 16%. A pluralidade de cursos é vista de forma positiva, pois faz com que as respostas não tenham um único viés, como poderia ocorrer no caso da maioria dos respondentes ser da área de negócios, por exemplo, em que existem disciplinas específicas sobre a área de finanças.

O mesmo pode ser dito em relação aos semestres dos respondentes. Conforme o Gráfico 2, houve uma boa distribuição entre alunos que estão ingressando no curso superior (primeiro semestre) e finalizando a graduação (décimo semestre).

Gráfico 1 – Curso de Graduação

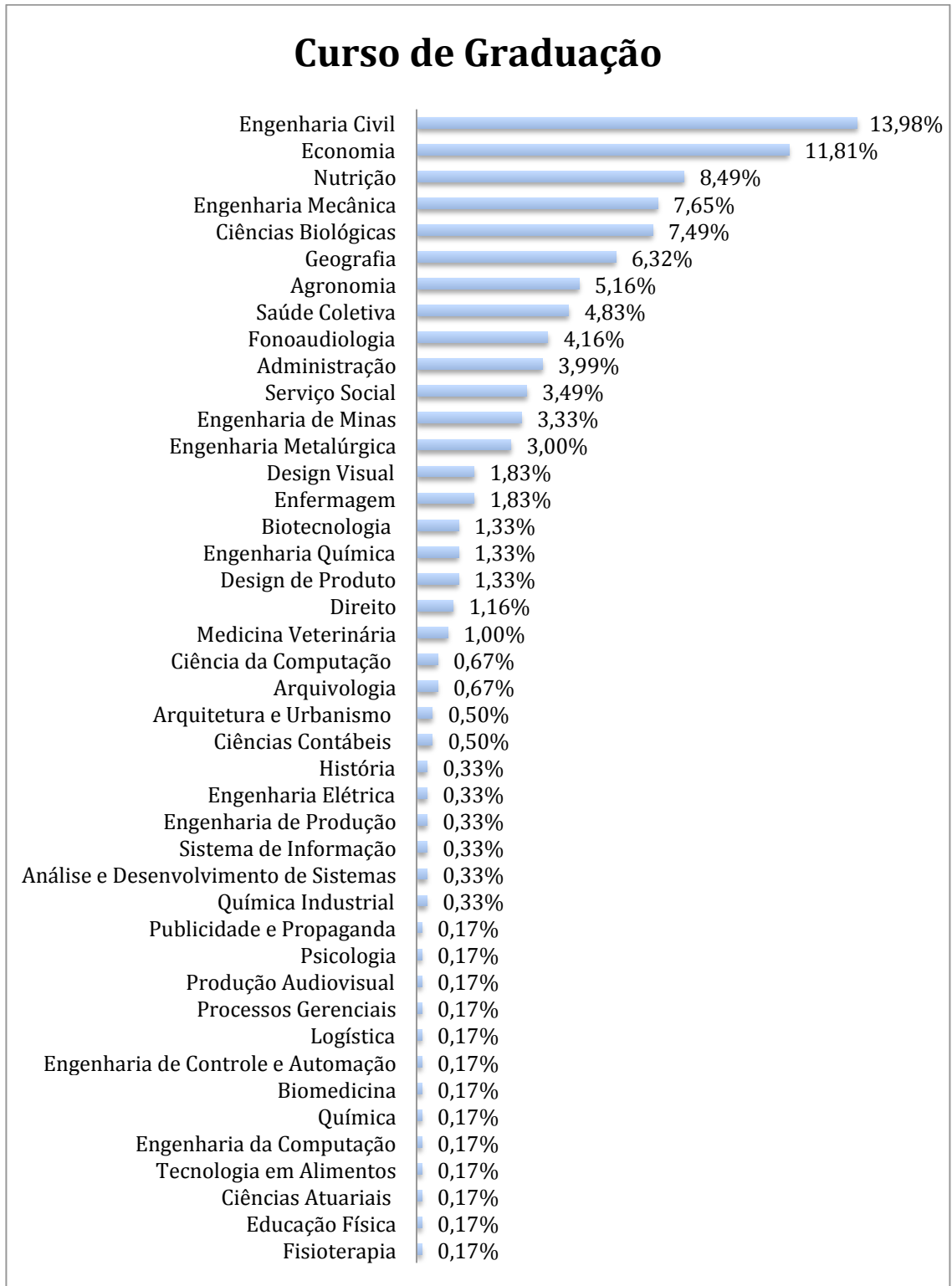
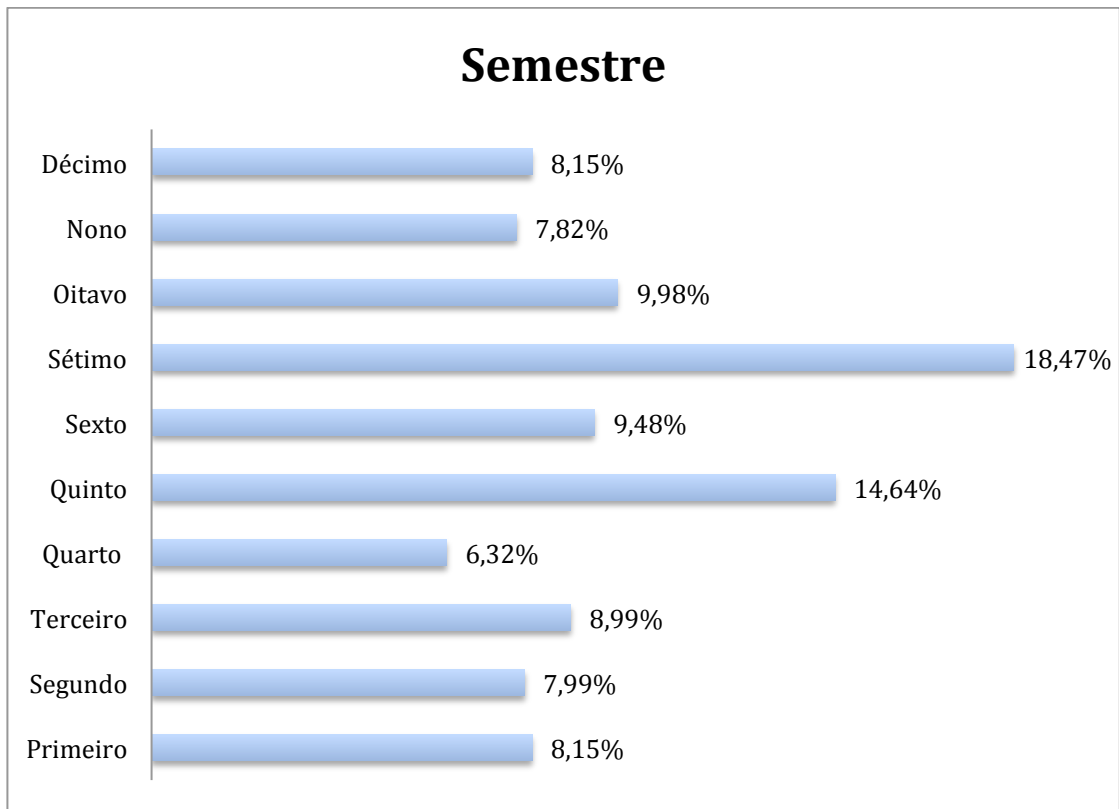


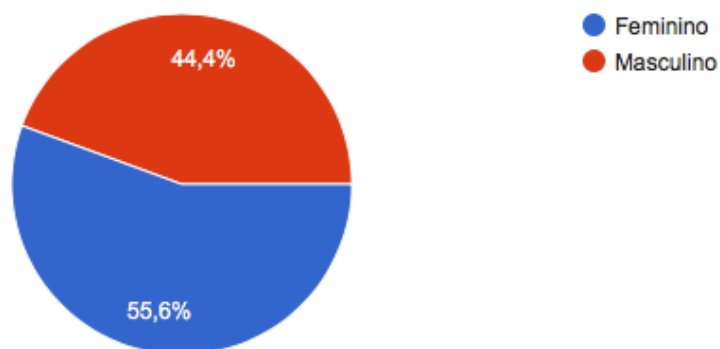
Gráfico 2 – Semestre



Na distribuição da amostra por sexo, pode-se dizer que houve equilíbrio entre os respondentes. Como pode ser visualizado no Gráfico 3, 55,6% do público é composto por mulheres e 44,4% por homens.

Gráfico 3 – Sexo

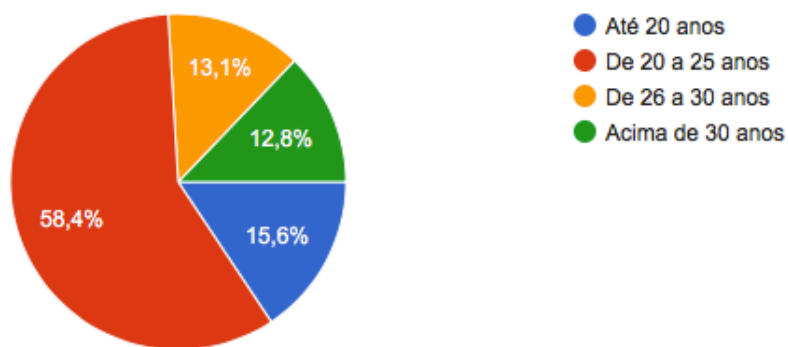
Sexo (601 respostas)



Esta amostra, com leve predominância do sexo feminino, é composta por adultos jovens, estando a maioria dos respondentes na faixa entre os 20 e 25 anos (58,4%). Na sequência estão os estudantes com até 20 anos (15,6%), de 26 até 30 anos (13,1%) e acima de 30 anos (12,8%).

Gráfico 4 – Idade

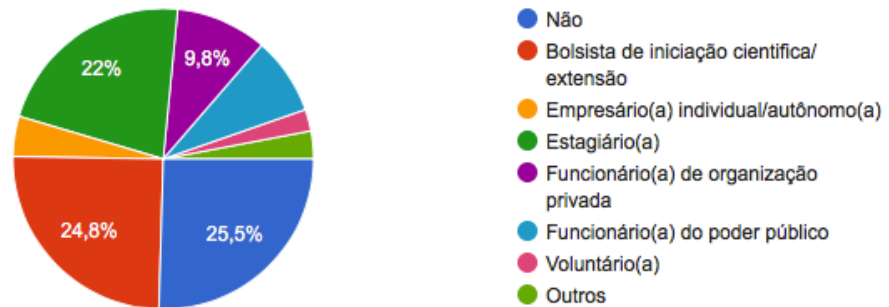
Idade (601 respostas)



Basicamente um quarto dos entrevistados (25,5%) não possui nenhum vínculo empregatício, considerando que 25,13% dos respondentes estão nos três primeiros semestres do ensino superior infere-se que grande parte desses estudantes ainda não ingressaram no mercado de trabalho. Para os respondentes que já possuem vínculo empregatício, a maioria realiza bolsas de iniciação científica ou extensão (24,8%), estágios (22%), são funcionários de organizações privadas (9,8%) ou funcionários do poder público (8,3%). Empresários individuais/autônomos representam 4,3% da amostra, voluntários 2,3% e outros 3%.

Gráfico 5 – Vínculo Empregatício

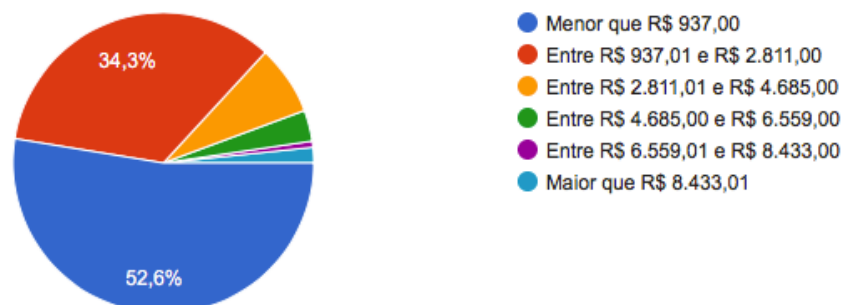
Possui algum vínculo empregatício? (601 respostas)



Em relação à renda mensal individual, a grande maioria da amostra (86,9%) recebe até R\$ 2.811,00 (três salários mínimos), o que condiz com o apresentado no parágrafo anterior sobre os vínculos empregatícios, já que a maioria dos respondentes não trabalha ou é bolsista/estagiário. Até cinco salários mínimos são 7,5% da amostra, até sete salários mínimos 3,3%, até nove salários mínimos 0,7% e acima de nove salários mínimos 1,7%.

Gráfico 6 – Renda Mensal Individual

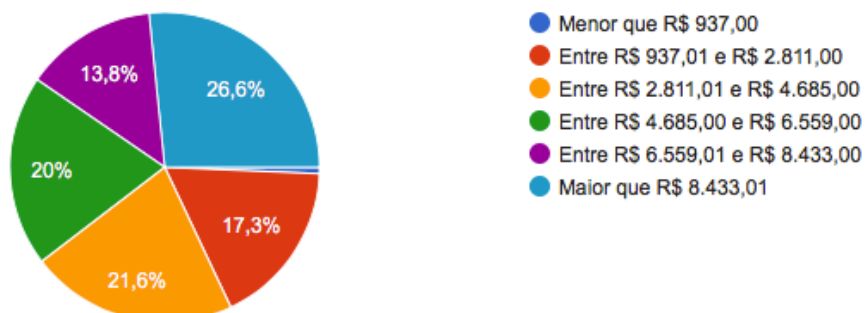
Renda mensal (individual) (601 respostas)



Sobre a renda mensal familiar, 39,6% dos respondentes pertencem a famílias que se sustentam com até cinco salários mínimos (R\$ 4.685,00), nos demais casos a renda familiar é superior a cinco salários mínimos.

Gráfico 7 – Renda Mensal Familiar

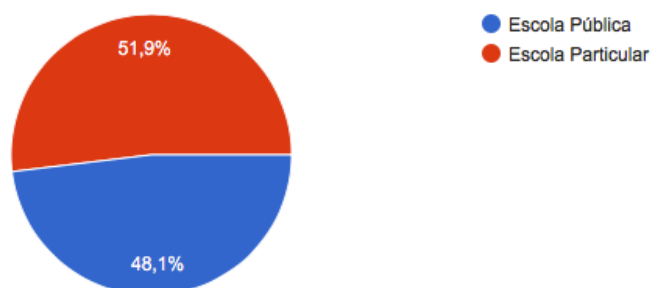
Renda mensal (familiar) (601 respostas)



Com relação aos respondentes provenientes do sistema de ensino público ou privado, também houve equilíbrio. Como pode ser visualizado no Gráfico 8, 51,9% do público estudou a maior parte dos ensinos fundamental e médio em escolas particulares, e os 48,1% restantes em escolas públicas.

Gráfico 8 – Ensino Básico

Onde você cursou a maior parte do ensino fundamental e médio? (601 respostas)



Após a apresentação do perfil da amostra estudada, na sequência encontra-se a análise dos resultados da pesquisa. Os principais pontos apresentados se referem às fontes de educação financeira dos estudantes, análise da influência dos cursos de graduação sobre a educação financeira, formas de organização da gestão e planejamento financeiro dos respondentes e análise sobre os métodos de planejamento financeiro levando em conta as diferenças nos perfis dos entrevistados.

4.2 FONTES DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

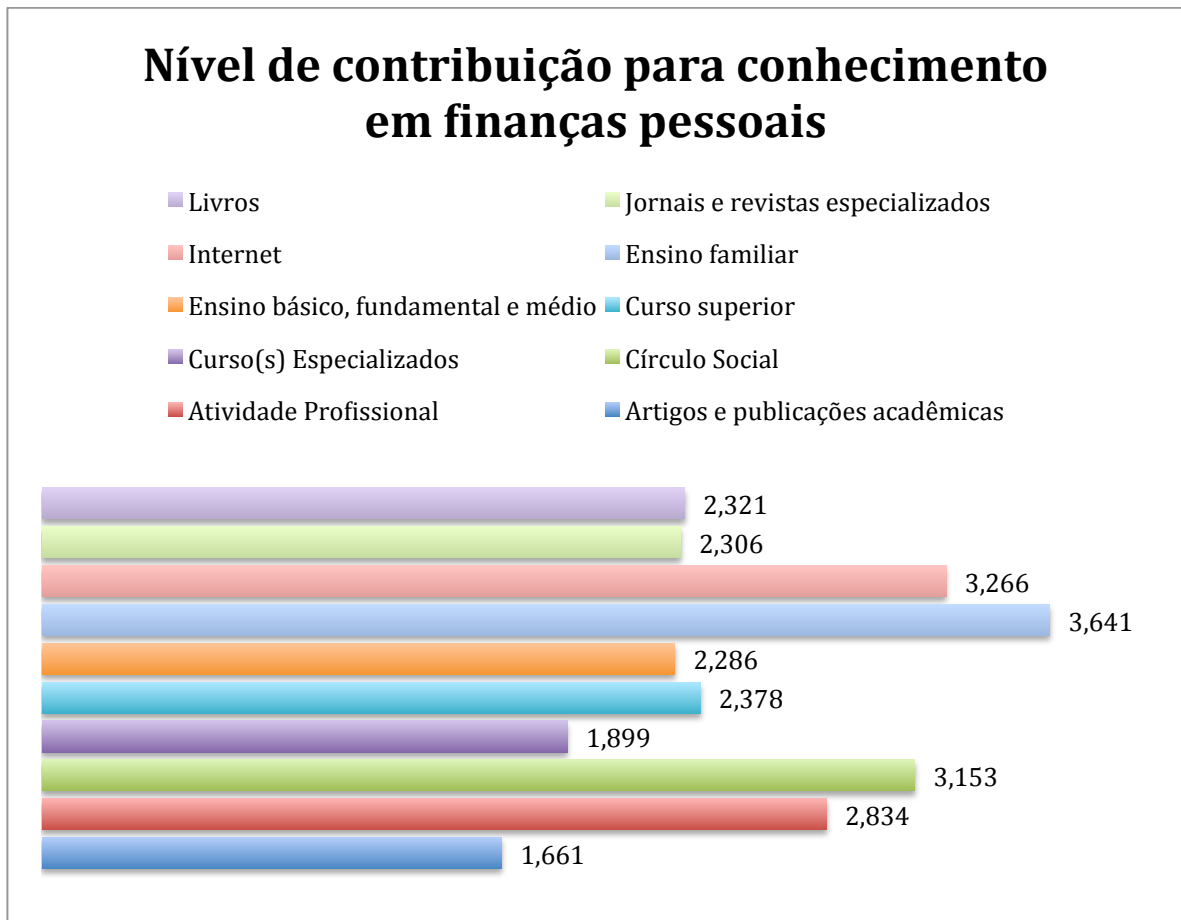
O primeiro ponto a ser analisado em termos de educação financeira diz respeito às fontes de conhecimento de finanças pessoais dos respondentes, considerando os dez itens listados no Gráfico 9. Para a interpretação dos resultados foi feita uma média ponderada de todas as respostas recebidas para cada um dos itens. A escala de respostas vai de 1 à 5, sendo 1 nenhuma contribuição e 5 contribuição total.

O ensino familiar é apontado, na média, como o principal meio para se adquirir conhecimentos em finanças pessoais, dentro da realidade da amostra estudada. Talvez este índice seja justificado pelo fato de que em nosso país ainda não existe um ensino formal sobre finanças, o que pode ser constatado pelo próprio resultado negativo deste item, que está entre os três mais baixos, o que leva muitas pessoas a terem as primeiras noções sobre o tema dentro de casa, por meio do exemplo familiar. A Internet e o círculo social também possuem uma participação importante no ensino das finanças pessoais. Sobre o círculo social, pode-se fazer a mesma inferência referente ao ensino familiar, com relação à Internet, é um meio de fácil acesso para a maioria das pessoas, em que se encontram diferentes fontes de ensino, em plataformas diversas.

Para as respostas sobre livros, jornais e revistas especializados, curso superior e atividade profissional a contribuição para os conhecimentos em finanças pessoais foi caracterizada, na média, como pouca, dentro da realidade da amostra estudada. Por conta da facilidade de acesso à Internet, entende-se que a busca de materiais e conhecimentos em livros, jornais e revistas venha perdendo espaço. Sobre a atividade profissional, a grande porcentagem de respondentes que não trabalha ou é bolsista (50,3%) pode ter colaborado para que a média de contribuição deste item não fosse tão alta. Com relação ao curso superior, muitos respondentes são estudantes de áreas que não se caracterizam pelo ensino de finanças, o que pode justificar a média não muito alta. No próximo tópico uma análise da contribuição por curso, especificamente, é realizada.

Por último estão os cursos especializados e artigos e publicações acadêmicas, em que a contribuição é considerada, na média, muito pouca. Sobre estes dois itens pode-se fazer a mesma inferência referente aos cursos de graduação dos respondentes: como muitos estudantes não são de áreas que, normalmente, abordam o estudo de finanças entende-se que não exista muito interesse pelo tema.

Gráfico 9 – Fontes de Conhecimento em Finanças Pessoais

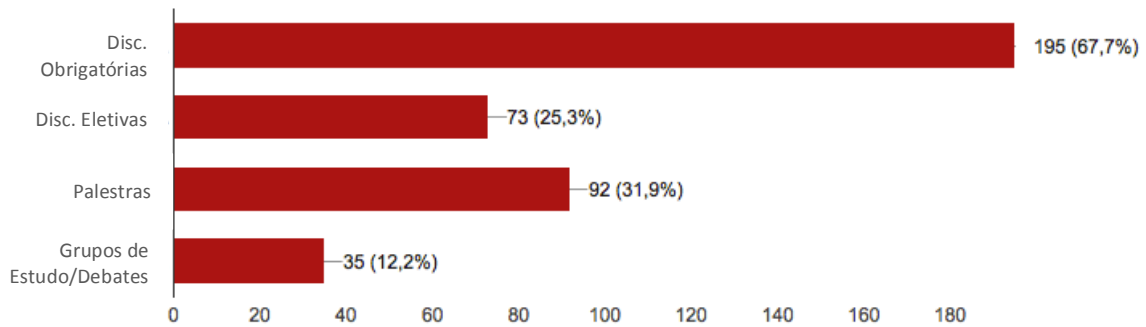


Para os respondentes que afirmaram que o curso superior contribuiu nos seus conhecimentos sobre finanças pessoais, foi solicitado que informassem de que forma isso ocorreu: por meio de disciplinas obrigatórias cursadas sobre finanças, por meio de disciplinas eletivas (optativas) cursadas sobre finanças, por meio de palestras sobre o tema disponibilizadas pela faculdade e/ou por meio de grupos de estudo/debates sobre finanças abertos aos alunos. Dos 288 respondentes a maioria, 67,7%, respondeu ter obtido seus conhecimentos por meio de disciplinas obrigatórias, 25,3% por meio de disciplinas eletivas, 31,9% por meio de palestras e 12,2% por meio de grupos de estudo/debates.

Gráfico 10 – Formas de Contribuição do Curso Superior

Caso o seu curso superior tenha contribuído para seu conhecimento em finanças pessoais, de que forma isso ocorreu (até 3 opções)?

(288 respostas)

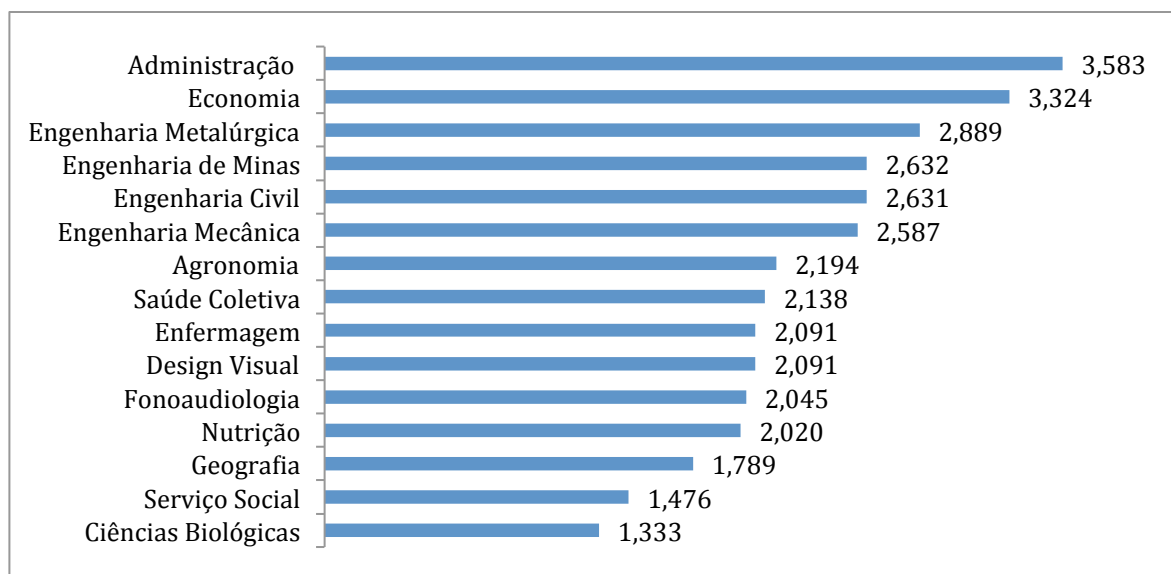


Com essas informações, podemos dizer que, para a amostra estudada, as principais fontes de educação financeira são o ensino familiar, seu círculo social e a Internet, com todos os materiais que disponibiliza. Os demais itens abordados neste tópico também auxiliam no ensino sobre a gestão das finanças pessoais, porém, de forma não tão importante. Quanto aos cursos de graduação que servem como fontes de educação financeira, o principal meio para isso são as disciplinas obrigatórias na área de finanças.

4.3 INFLUÊNCIA DO CURSO DE GRADUAÇÃO NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Dando continuidade à análise e interpretação dos resultados, uma avaliação da contribuição de cada um dos cursos de graduação no ensino sobre finanças, dentro da realidade da amostra estudada, foi realizada. Para a interpretação dos resultados foi feita uma média ponderada das respostas dadas pelos estudantes de cada curso. A escala vai de 1 à 5, sendo 1 nenhuma contribuição e 5 contribuição total, mesma lógica utilizada na questão que avaliou a contribuição de diversos itens para a educação financeira. Pelo fato de que alguns cursos contaram com poucos respondentes, o que elevaria a média, se estabeleceu um ponto de corte mínimo de 10 respondentes/curso. Mesmo com o ponto de corte (que excluiu somente 14,47% dos respondentes), preservou-se a diversidade de cursos, como pode ser visto no Gráfico 11:

Gráfico 11: Curso Superior x Contribuição



Como esperado, os cursos de Economia e Administração obtiveram as maiores médias, considerando que são graduações com grande enfoque na área financeira, seja por meio de disciplinas obrigatórias ou optativas. Na sequência, estão os cursos de Engenharia, de forma geral. São cursos que possuem diversas disciplinas de áreas exatas no currículo, conhecidas por auxiliar no raciocínio lógico, e infere-se que, por conta disso, possa existir contribuição para conhecimentos financeiros.

Abaixo das Engenharias estão cursos de outras áreas, incluindo áreas humanas e de saúde, para estes cursos as médias mais altas ficam próximas de 2,0, número considerado baixo. Entende-se que são graduações voltadas para áreas sem nenhuma, ou com pouca, relação com a área financeira, justificando o pouco impacto no ensino sobre finanças. Alguns desses cursos podem contar com disciplinas como estatística, por exemplo, mas nada que entre especificamente no campo financeiro.

Antes de ingressar na análise das questões referentes especificamente à gestão financeira pessoal e planejamento financeiro, é apresentado o resultado do cruzamento de informações entre os cursos apontados como colaboradores no processo de educação financeira apresentados no Gráfico 11 e as formas pelas quais isso pode ter ocorrido. A partir do número de respondentes de cada curso que informou que seu curso de graduação contribuiu para seus conhecimentos em finanças pessoais, calculou-se quantos atribuíram isso a disciplinas obrigatórias, disciplinas eletivas, grupos de estudo/debates e/ou palestras.

Ressalta-se que a opção por utilizar os mesmos cursos apresentados na primeira parte deste tópico deve-se, novamente, ao fato de não enviasar as análises com cursos que tiveram pouca aderência à pesquisa:

Tabela 1 – Curso Superior x Forma de Contribuição

Curso	Disciplinas Obrigatórias	Disciplinas Eletivas	Grupos de estudos/debates	Palestras
Ciências Biológicas	0,00%	0,00%	33,33%	66,67%
Serviço Social	33,33%	33,33%	66,67%	33,33%
Geografia	33,33%	33,33%	0,00%	33,33%
Nutrição	75,00%	12,50%	18,75%	12,50%
Fonoaudiologia	42,86%	14,29%	42,86%	28,57%
Design Visual	80,00%	0,00%	20,00%	40,00%
Enfermagem	0,00%	66,67%	33,33%	33,33%
Saúde Coletiva	75,00%	12,50%	12,50%	12,50%
Agronomia	45,45%	0,00%	18,18%	54,55%
Engenharia Mecânica	74,19%	19,35%	9,68%	16,13%
Engenharia Civil	83,05%	18,64%	6,78%	32,20%
Engenharia de Minas	63,64%	9,09%	0,00%	36,36%
Engenharia Metalúrgica	100,00%	18,18%	0,00%	18,18%
Economia	52,54%	50,85%	13,56%	49,15%
Administração	85,71%	38,10%	4,76%	19,05%

Em azul foram destacados as formas que mais contribuem para o ensino das finanças em cada um dos cursos presentes na amostra. Para Administração e Economia as disciplinas obrigatórias aparecem como as mais relevantes, mas no caso de Economia, as disciplinas eletivas e palestras aparecem praticamente com a mesma importância. Atribui-se esse destaque ao fato de ser uma graduação bastante teórica e com grande base financeira.

Na sequência aparecem as Engenharias, também tendo as disciplinas obrigatórias como destaque, mas sem desclassificar a relevância de palestras sobre o tema oferecidas pela faculdade. Esse fato se caracteriza como bastante positivo, pois é uma forma de auxiliar na formação dos alunos mesmo que não seja por meio do currículo.

Para os demais cursos o enfoque permanece nas disciplinas obrigatórias, mas é importante que se ressalte o papel das palestras, que também aparecem com números relevantes. Da mesma forma que afirmado para as Engenharias, é positivo perceber que dentro das Universidades existem formas de capacitação no tema de finanças que fogem do modelo tradicional de sala de aula.

Mesmo grande parte dos cursos dos respondentes da pesquisa (85,53%) tendo algum grau de contribuição no ensino das finanças pessoais, fica claro que as diferenças nos currículos influenciam na educação financeira dos estudantes respondentes. Isso ocorre, principalmente, pela ênfase que é dada em cada curso para a área de finanças (destaque para a área de negócios), quanto, de forma menos relevante, pelas formas de transmissão do ensino sobre finanças pessoais (palestras, disciplinas obrigatórias, entre outros).

4.4 GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL E PLANEJAMENTO FINANCEIRO

A amostra analisada conta, em sua maioria, com pessoas que afirmam possuir conhecimentos para gerenciar suas finanças. 57,4% dos respondentes se sentem seguros para gerenciar seu próprio dinheiro, mesmo que de forma razoável. Nada seguros para gerir suas finanças são 8,2% dos respondentes e os 34,4% restantes gostariam de saber mais sobre o tema. Um dado interessante é que dos 57,4% que se sentem muito seguros ou razoavelmente seguros para gerir seu próprio dinheiro, 50% tem origem escolar privada e 50% pública, o que poderia levar ao entendimento de que o tipo de sistema de ensino básico não influencia de forma direta nos conhecimentos sobre finanças pessoais da amostra analisada. Porém, ressalta-se que quando o sistema de ensino básico é analisado em conjunto com outras variáveis, como será visto no item 4.5, Métodos de Planejamento Financeiro: Análise de Diferentes Perfis, é possível inferir que ele influi nos conhecimentos sobre finanças dos respondentes.

Gráfico 12 - Conhecimentos para Gerenciar o Próprio Dinheiro

Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?

(601 respostas)

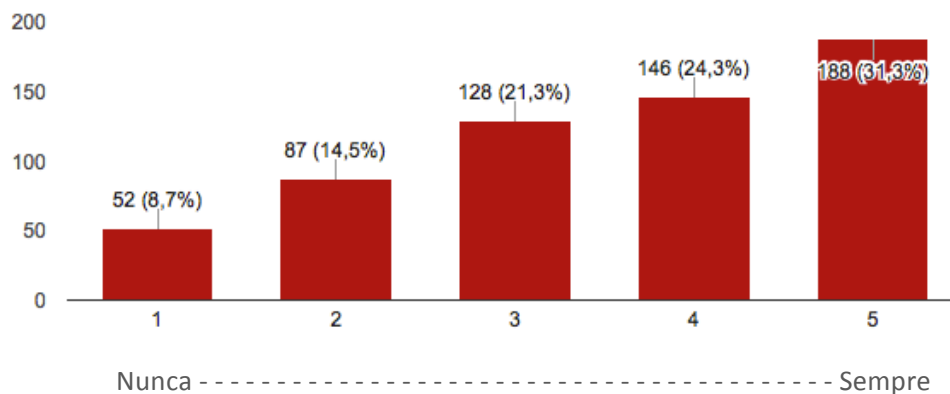


Também foi questionado se os respondentes possuem o hábito de poupar parte de suas receitas, em uma escala de respostas que vai de 1 à 5, sendo 1 nunca e 5 sempre. A amostra analisada permite inferir que os respondentes possuem o hábito de poupar parte dos seus recursos, visto que 55,6% estão alocados nos números 4 e 5 da escala e 21,3% no número 3. Apenas 8,7% nunca poupam as suas receitas.

Fazendo uma avaliação deste item por gênero, não existe variação significativa. Uma interpretação interessante desta variável, entretanto, diz respeito à renda mensal individual. Na amostra, 86,9% dos respondentes recebem até R\$ 2.811,00/mês, se poderia esperar que por conta disso não existisse uma preocupação muito grande com a poupança de recursos, dada a dificuldade de guardar dinheiro quando não se recebe muito. Entretanto, desses 86,9% 54,6% estão alocados nos números 4 e 5 da escala e 22,03% no número 3, pressupondo que o fato de ganhar menos evidencia uma preocupação e cuidado com seu dinheiro.

Gráfico 13 - Frequência Poupança

Com que frequência você poupa alguma parte de sua receita? (601 respostas)



Apesar de 76,9% dos respondentes terem o hábito de poupar de forma frequente ou esporádica parte de suas receitas, 31,1% deles não possuem nenhum tipo de plano de investimentos. Uma hipótese para que isso ocorra é a falta de conhecimentos sobre produtos bancários e opções de investimentos, já que, normalmente, para adquirir conhecimentos sobre isso é necessário estar inserido no meio financeiro (estudar sobre ou trabalhar com esses produtos).

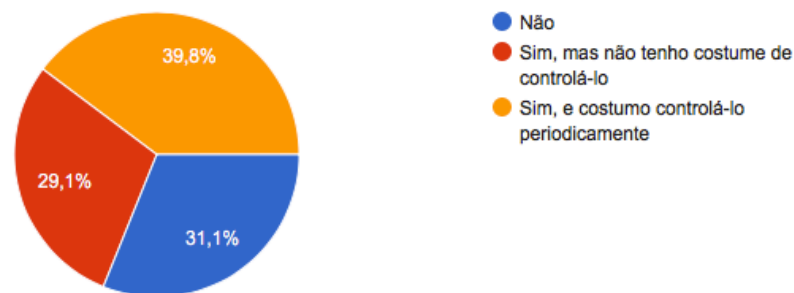
Dos 68,9% restantes, apenas 39,8% têm o hábito de fazer o controle do plano. Os demais 29,1% aplicam o seu dinheiro, mas acabam não tendo controle dos rendimentos. Por não existir controle, em alguns casos é possível que os valores rendessem mais em outras

opções de investimento, mas, novamente, por falta de conhecimentos sobre o assunto não se sabe qual a melhor opção para aplicação.

Gráfico 14 - Plano de Investimentos

Tenho um plano de investimentos (poupança, previdência, renda fixa, renda variável, etc)?

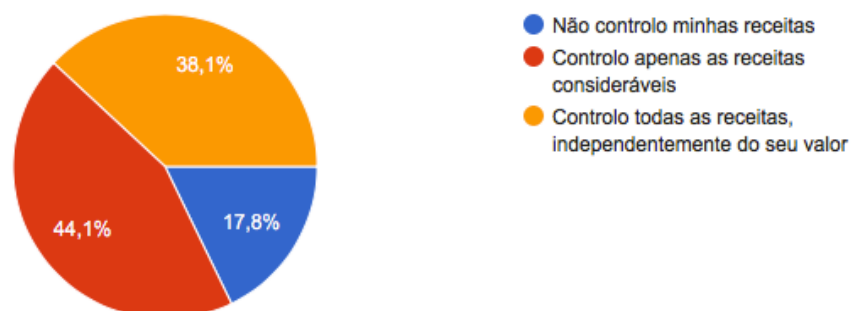
(601 respostas)



Entre os entrevistados, 82, 2% controlam suas receitas, porém, apenas 38,1% possuem um controle sobre todas elas. Entre os respondentes que ganham até R\$ 937,00, apenas 31,01% fazem um controle efetivo de todas as receitas; a partir de uma renda mensal de R\$ 2.811,01 esse número passa para 50,63%, o que faz com que se possa dizer que o controle das receitas se amplia conforme a renda aumenta na amostra estudada.

Gráfico 15 - Mapeamento de Receitas

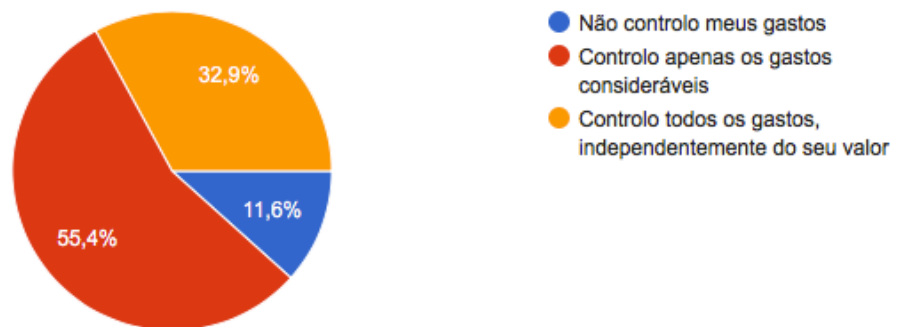
Tenho mapeadas todas as minhas receitas? (601 respostas)



Com relação às despesas, 88,4% fazem o controle do que é gasto, porém, apenas 32,9% mapeiam todos os gastos, independentemente do valor dos mesmos. 55,4% dos respondentes fazem o controle apenas dos gastos consideráveis. Essa situação se mostra preocupante, visto que para uma vida financeira saudável é necessário ter controle sobre tudo que é gasto. É interessante apontar o fato de que entre os respondentes que não controlam suas despesas existe predominância das mulheres (61,43%) sobre os homens (38,57%), porém, entre os que controlam, não existe diferença significativa.

Gráfico 16 - Mapeamento de Gastos

Tenho mapeados todos os meus gastos? (601 respostas)

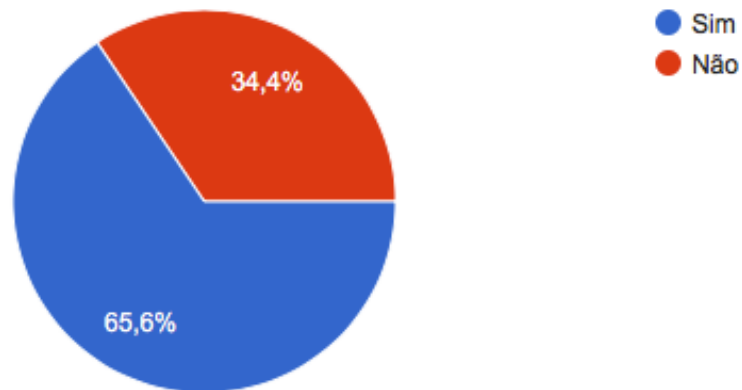


No que tange ao planejamento do orçamento entre os entrevistados, 65,6% afirmam realizar o planejamento, contra 34,4% que não realizam. Das pessoas que realizam o planejamento de orçamento, 95,69% delas também realizam o controle. Dado interessante se refere ao fato de que entre os que não realizam planejamento, 50,72% afirmam fazer o controle de receitas e gastos, com isso pode-se pensar que existe uma preocupação com o presente (controlar o que se tem), mas não com o futuro (planejar).

Fazendo uma análise conjunta do planejamento com a frequência de poupança, percebe-se que dentre aqueles que planejam o orçamento, 61,93% tem o hábito de poupar de forma frequente (indicaram 4 ou 5 na pergunta que se referia ao tema), 20,3% pouparam de forma esporádica (indicaram grau de frequência 3) e 17,77% não pouparam ou pouparam de forma rara. Assim, pode-se dizer que o hábito de planejar o orçamento se relaciona de forma direta com a frequência de poupança, dentro da realidade da amostra estudada.

Gráfico 17 - Planejamento de Orçamento

Planejo meu orçamento pessoal? (601 respostas)

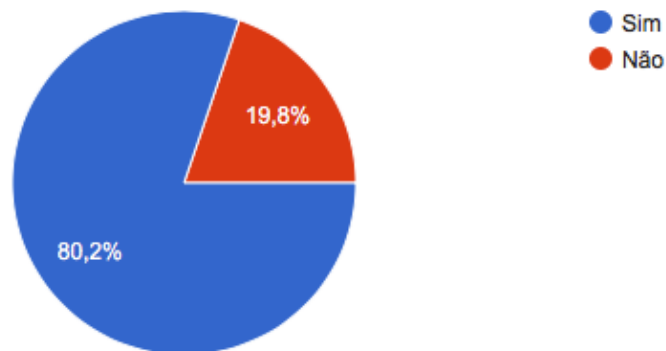


Quando se fala sobre o controle do orçamento, o número de respondentes engajados no controle de suas receitas e despesas cresce para 80,2%, contra 19,8% que não realizam nenhum tipo de controle. O número de respondentes que afirma controlar seu orçamento se aproxima do informado quando se trata de mapeamento de receitas (82,2%) e gastos (88,4%), o que faz sentido. É interessante ressaltar o fato de que mesmo 80,2% da amostra tendo a preocupação de controlar seus recursos, somente 65,5% dela tem o cuidado com o planejamento dos mesmos, o que reforça o que foi comentado no parágrafo anterior sobre a preocupação com o presente.

Interpretando os resultados conjuntamente com a frequência de poupança, dentre aqueles que controlam o orçamento, 59,54% tem o hábito de poupar de forma frequente (indicaram 4 ou 5 na pergunta que se referia ao tema), 20,95% pouparam de forma esporádica (indicaram grau de frequência 3) e 19,5% não pouparam ou pouparam de forma rara, números muito semelhantes à análise efetuada para o planejamento do orçamento. Assim, pode-se dizer que o hábito de controlar o orçamento também se relaciona de forma direta com a frequência de poupança para a amostra estudada.

Gráfico 18 - Controle de Orçamento

Controlo meu orçamento pessoal? (601 respostas)

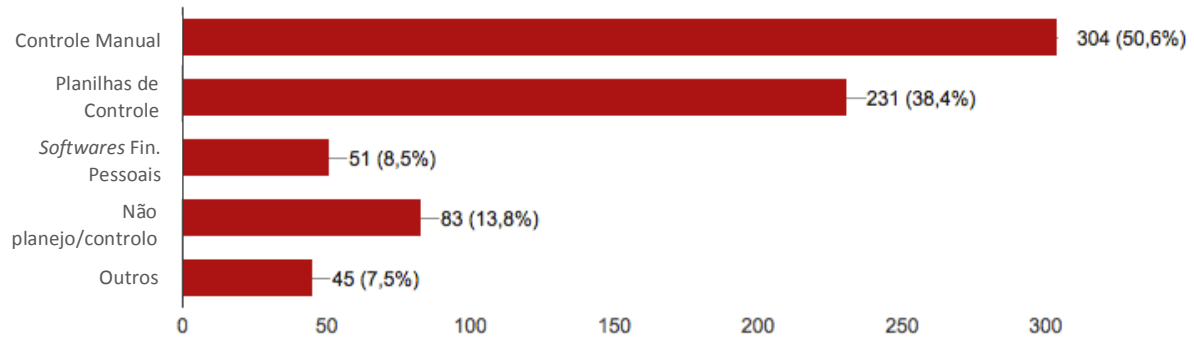


Buscou-se, também, identificar as ferramentas para planejamento e/ou controle do orçamento e os instrumentos utilizados para operacionalizar essas ferramentas. As duas ferramentas mais utilizadas, no contexto da amostra, são o controle manual (como anotações em caderno, por exemplo) com 50,6% das respostas e planilhas de cálculo (como Excel) com 38,4% das respostas. O fato de que metade dos respondentes utiliza controles manuais para gerenciar o orçamento é intrigante, visto o crescimento e facilidade de acesso a ferramentas digitais. O controle manual se caracteriza por não ser tão preciso, visto que nem sempre estamos com o material de controle por perto, e isso pode justificar o fato de que 55,4% dos respondentes não controlarem todos os seus gastos. As planilhas de cálculo também não estão sempre disponíveis no momento em que realizamos um gasto e queremos registrá-lo, mas são de mais fácil gerenciamento. Surpreende o fato de que os *softwares* de finanças pessoais são utilizados por apenas 8,5% da amostra, considerando que são programas disponíveis também para dispositivos móveis e, em muitos casos, gratuitos, o que faz com que o registro de receitas e gastos possa ser feito quase que de maneira instantânea.

Gráfico 19 - Ferramentas para Planejamento/Controle

Quais ferramentas utilizo para planejamento e/ou controle do meu orçamento pessoal (até 3 opções)?

(601 respostas)

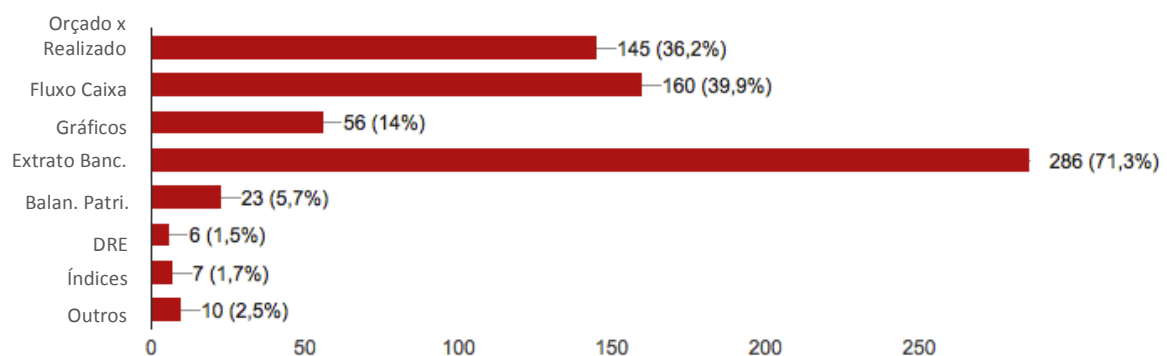


Com relação aos instrumentos utilizados para o gerenciamento financeiro pessoal da amostra estudada, se destacam o acompanhamento realizado via extrato bancário, fluxo de caixa e controle de orçado versus realizado. Somente 22,9% dos entrevistados fazem uso de gráficos, balanço patrimonial, demonstrativo do resultado do exercício (DRE) e índices. Considerando que o balanço patrimonial, DRE e índices são instrumentos mais conhecidos dentro da teoria contábil já se esperava que eles não tivessem uma expressividade grande dentro das respostas, visto que grande parte dos respondentes não são de cursos da área de negócios.

Gráfico 20 - Instrumentos para Planejamento/Controle

Se você utiliza ferramentas para planejamento e/ou controle, de quais instrumentos faz uso, dentro dessas ferramentas (até 3 opções)?

(401 respostas)



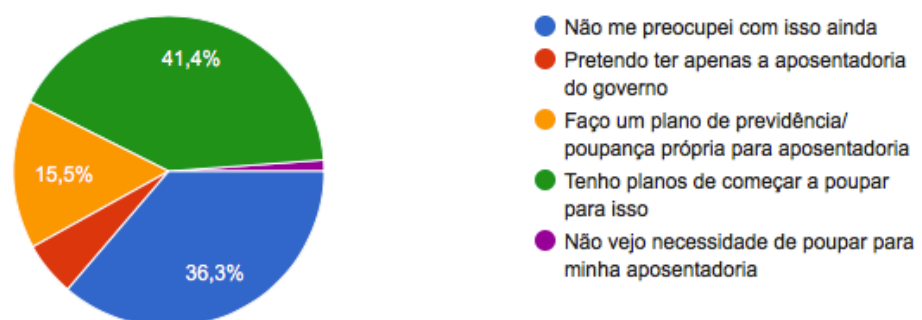
Os respondentes também foram questionados sobre a relação dos mesmos com a aposentadoria. Mesmo com o cenário atual, com a clara dificuldade de aposentadoria pela Previdência Social no futuro, somente 15,5% dos respondentes afirmaram ter algum plano de previdência/poupança para a aposentadoria. 36,3% ainda não se preocuparam com o assunto, 5,7% pretendem ter apenas a aposentadoria do governo e 1,2% não veem necessidade de poupar para a aposentadoria. Os 41,4% restantes afirmam ter planos para começar a poupar.

Dos 15,5% que possuem um plano de previdência/poupança, 76,34% poupam de forma frequente e 16,13% de forma esporádica, ou seja, 92,47% dessas pessoas possuem o hábito de poupar de forma regular. Ainda, 70,97% delas fazem o planejamento de seu orçamento e 82,8% realizam o controle do mesmo. Já entre os 41,4% que têm planos de começar a poupar, 70,28% já possuem algum tipo de plano de investimento e realizam planejamento financeiro, 58,23% poupam de forma frequente e 83,94% controlam seu orçamento. Assim, infere-se, na realidade da amostra analisada, que as pessoas que possuem a preocupação de um planejamento financeiro para o futuro possuem hábitos presentes relacionados a uma boa educação financeira, como poupar, planejar e controlar.

Gráfico 21 – Aposentadoria

Em relação a sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação?

(601 respostas)



Os entrevistados também foram questionados sobre a possibilidade de manter o padrão de vida atual com suas economias no caso de perda total da suas fontes de rendimentos. 23,6% não conseguiriam manter o padrão de vida atual nem por um mês, 36,4% conseguiriam de 1 até 3 meses, 16,3% de 4 até 6 meses, 11,1% por mais de 12 meses, 7% de 10 até 12 meses e 5,5% de 7 até 9 meses.

Fazendo uma análise entre estes resultados e os respondentes que possuem um plano de investimentos, encontra-se uma relação direta: quanto maior for a faixa de tempo em que se consiga manter o padrão atual de vida mesmo com perda total de rendimentos, maior é a porcentagem de respondentes que possuem um plano de investimentos.

Gráfico 22 - Padrão de Vida

No caso de perda total de sua fonte de rendimentos (salário, pró-labore, bolsa, outros), por quantos meses você conseguiria manter o padrão de vida atual utilizando as suas economias?

(601 respostas)

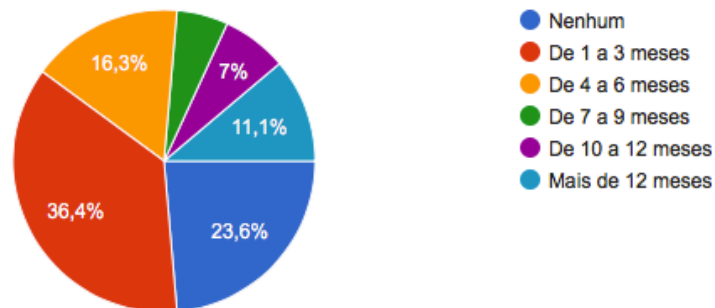


Tabela 2 – Período de Manutenção do Padrão de Vida com Economias x Possuir Plano de Investimentos

No caso de perda total de sua fonte de rendimentos (salário, pró-labore, bolsa, outros), por quantos meses você conseguiria manter o padrão de vida atual utilizando as suas economias?	Tenho um plano de investimentos?
	Sim
Nenhum	37,32%
De 1 a 3 meses	65,75%
De 4 a 6 meses	87,76%
De 7 a 9 meses	81,82%
De 10 a 12 meses	92,86%
Mais de 12 meses	97,01%

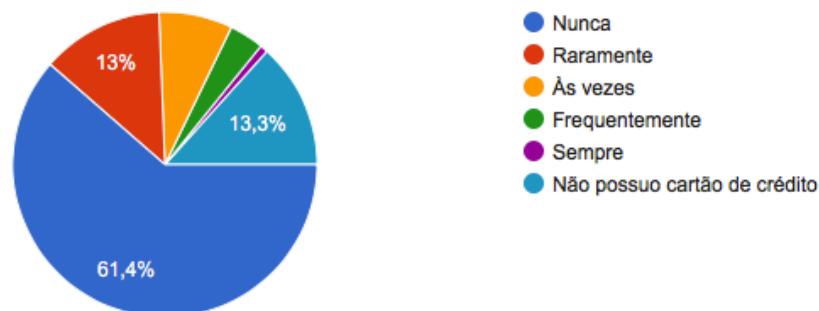
Com relação à consumo, crédito e endividamento, 61,4% dos respondentes nunca precisam recorrer ao parcelamento da fatura do cartão de crédito, fato considerado positivo, visto que, como apresentado na Introdução deste trabalho, em março de 2016 jovens de 18 a 25 anos (faixa que engloba a maior parte dos respondentes deste estudo) representavam

15,7% dos inadimplentes do Brasil. 13% dos respondentes raramente realizam o parcelamento, 7,8% realizam às vezes, 3,7% frequentemente e 0,8% sempre. Os demais 13,3% não possuem cartão de crédito. Destaca-se que entre os respondentes que sempre realizam o parcelamento da fatura, ou o fazem de forma frequente, 50% não possuem condições de manter o padrão de vida que possuem por nem um mês no caso de perda dos recursos e somente 9,09% fazem o controle de todos os gastos que possuem. Entre os que às vezes parcelam a fatura, ou o fazem de forma rara, 73,6% conseguiriam manter o padrão de vida que possuem no caso de perda total dos rendimentos por até três meses e somente 19,2% controlam todos os gastos que possuem.

Gráfico 23 - Parcelamento de Fatura do Cartão de Crédito

Com que frequência necessito recorrer ao parcelamento de fatura do cartão de crédito?

(601 respostas)

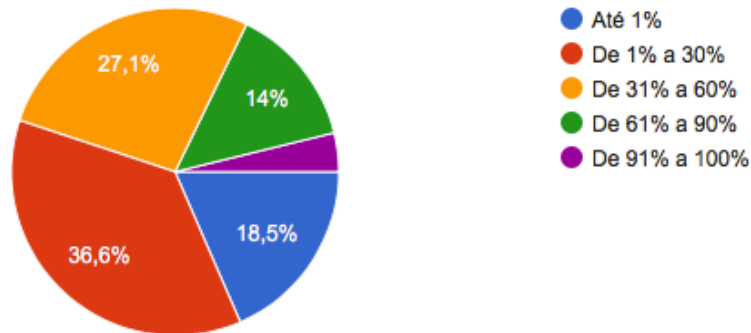


Ainda relacionado à parte de consumo, crédito e endividamento, questionou-se sobre o percentual da renda líquida mensal comprometida com prestações/obrigações mensais. 18,5% dos respondentes têm até 1% de sua renda comprometida, 36,6% de 1% até 30%, 27,1% de 21% até 60%, 14% de 61% até 90% e 3,8% de 91% até 100%. Entre os que possuem a partir de 61% da renda comprometida, 34,58% não realizam o planejamento de seu orçamento e somente 26,17% fazem o controle de todas as suas despesas. Entre os que possuem até 30% da renda comprometida, é possível destacar alguns hábitos financeiros saudáveis, como o fato de que 65,26% planejam o seu orçamento pessoal, 80,66% controlam esse orçamento, 71,6% possuem um plano de investimentos e 63,14% poupam de forma frequente.

Gráfico 24 - Comprometimento da Renda Líquida Mensal

Qual o percentual da sua renda líquida mensal está comprometida com prestações/obrigações mensais?

(601 respostas)

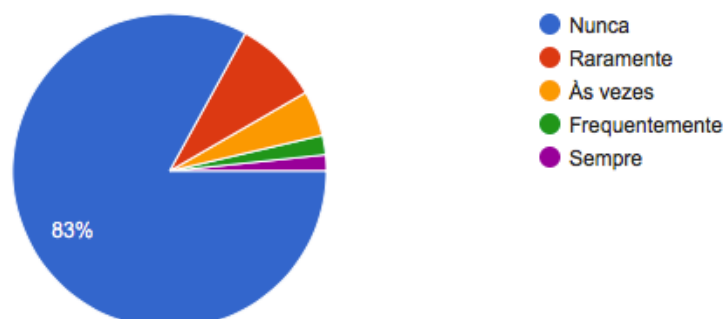


No que diz respeito ao uso do cheque especial a situação é melhor, se comparada ao parcelamento da fatura de cartão de crédito. 83% dos respondentes informam nunca precisar fazer uso do mesmo. 8,7% utilizam raramente, 4,7% às vezes, 2% frequentemente e somente 1,7% sempre. Destaca-se que dentre os que utilizam o cheque especial sempre ou frequentemente 90,91% não fazem o controle de todos os gastos que possuem.

Gráfico 25 - Cheque Especial

Com que frequência necessito recorrer a utilização de cheque especial?

(601 respostas)

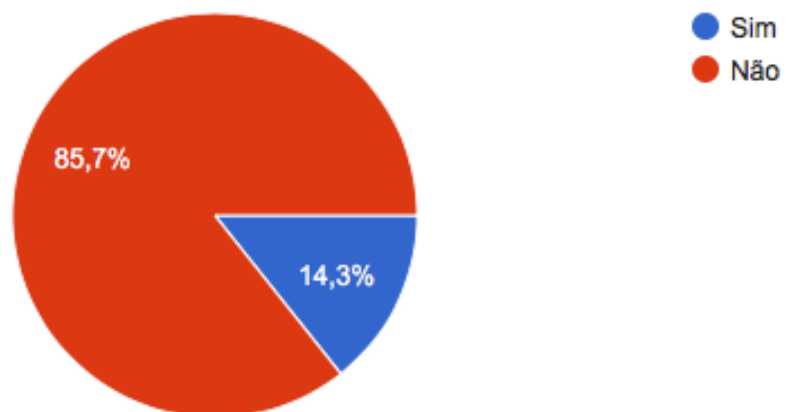


Por fim, os respondentes foram questionados sobre a avaliação que fazem de sua situação financeira, sendo que 85,7% não se consideram endividados, contra 14,3% que se

consideram. Avaliando as respostas das perguntas anteriores, podemos dizer que uma pequena parte dos que não se consideram endividados podem estar sim em situação de endividamento, por terem dificuldades no pagamento da fatura do cartão de crédito e utilizarem o cheque especial. Dos 14,3% que afirmam estarem endividados, 53,49% possuem mais de 60% da renda mensal comprometida com prestações e obrigações, além de não terem condições de se manter por nem um mês em caso de perda dos rendimentos. Chama a atenção o fato que dentre essas pessoas, 58,14% afirmam realizar planejamento financeiro, mas ainda assim se encontram em situação de dificuldade.

Gráfico 26 - Endividamento

Você se considera endividado? (601 respostas)



A partir de agora, parte-se para o último tópico que irá realizar a análise e interpretação dos resultados. Será realizada uma análise por blocos do questionário, levando em consideração os métodos de planejamento financeiro adotados pelos respondentes e as diferenças de perfis encontradas.

4.5 MÉTODOS DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO: ANÁLISE DE DIFERENTES PERFIS

Como última parte das análises e interpretações deste trabalho, uma análise geral das respostas sobre métodos de planejamento financeiro referentes aos blocos de Poupança e Investimentos, Gerenciamento Financeiro Pessoal e Consumo, Crédito e Endividamento foi realizada. O objetivo foi dar enfoque em algumas diferenças no perfil dos respondentes, como sexo, proveniência da rede básica de ensino e renda mensal familiar, para avaliar padrões em algumas das respostas coletadas.

4.5.1 Poupança e Investimentos

Fazendo uma análise das questões que compuseram a parte de Poupança e Investimentos do questionário algumas inferências podem ser descritas. Em termos de frequência de poupança, encontra-se uma diferença entre pessoas do sexo feminino advindas da rede pública e particular de ensino que poupam de forma regular ou frequente. Para aquelas que são provenientes de escolas particulares, 80,49% poupam de forma regular ou frequente, contra apenas 62,94% oriundas de escolas públicas. Fazendo essa mesma análise para o sexo masculino, não há diferença significativa. Entretanto, realizando essa comparação entre homens e mulheres, percebe-se que entre os provenientes do sistema de ensino privado não há diferença considerável, mas para aqueles que são oriundos do sistema de ensino público sim. Como apresentado, entre as mulheres a poupança de forma regular ou frequente ocorre em 62,94% dos casos da amostra, contra 79,83% no caso dos homens provenientes da rede pública.

Ainda analisando a amostra em termos de sexo e rede de ensino básico, 75% das mulheres provenientes de escolas particulares possuem planos de investimento, contra 61,18% provenientes de escolas públicas. Entre os homens a diferença não é significativa, mas entre homens e mulheres provenientes de escolas públicas sim: enquanto 61,18% das mulheres possuem plano de investimentos, para os homens esse número cresce para 68,91%.

No item 4.4, Gestão Financeira Pessoal e Planejamento Financeiro, observou-se, para a amostra, a não influência, de forma direta, do sistema de ensino básico nos conhecimentos

sobre finanças pessoais, e a pouca diferença da frequência de poupança na análise por gênero. Porém, quando estas variáveis são analisadas em conjunto é possível inferir que para mulheres as diferenças entre o sistema público e privado de ensino influenciam em suas decisões de poupança e investimento, bem como as diferenças de sexo podem influenciar nas decisões de poupança e investimento de pessoas provenientes da rede pública de ensino básico.

Outra interpretação interessante a ser realizada diz respeito ao nível de escolaridade dos pais dos respondentes. Entre respondentes que possuem pais com nível de escolaridade a partir de Especialização, 86,49% poupam de forma regular ou frequente. Esse número cai para 67,92% quando consideramos respondentes com pais que cursaram até o ensino médio. Em termos de percentual poupado, não há diferença significativa. Pelas informações apresentadas, pode-se inferir que o nível de escolarização dos pais influi de forma direta na propensão a poupar dos estudantes, para a amostra analisada.

Por último, comparando a renda familiar entre respondentes que possuem planos de investimento, para aqueles que possuem renda de até R\$ 2.811,00, 62,04% possuem plano de investimentos; na faixa entre R\$ 2.811,00 e R\$ 6.559,00, 67,6% possuem plano de investimentos; para aqueles com renda mensal familiar acima de R\$ 6.559,00 a porcentagem de respondentes que possui plano de investimentos aumenta para 73,25%. Assim, constata-se que existe uma relação direta entre aumento da renda familiar e propensão a ter um plano de investimentos na realidade da amostra estudada.

4.5.2 Gerenciamento Financeiro Pessoal

Dando continuidade às análises referentes às diferenças de perfil dos respondentes, algumas questões referentes à parte de Gerenciamento Financeiro Pessoal serão interpretadas. No tocante ao controle de receitas e gastos, 83,54% das pessoas do sexo feminino que estudaram na rede particular de ensino fazem o controle de suas receitas, seja somente das consideráveis ou o controle independente do valor, contra 71,18% provenientes da rede pública. Muitas vezes, considera-se que o controle de gastos é o mais importante, mas se não sabemos quanto ganhamos não teremos como saber o quanto podemos gastar. Entre os homens, essa mesma análise não apresenta diferenças significativas. Porém, da mesma forma que no item anterior, a comparação entre homens e mulheres provenientes do sistema público

de ensino apresenta diferença: enquanto 71,18% das mulheres realizam o controle das receitas, esse número cresce para 88,24% quando falamos sobre os homens. Sendo assim, podemos inferir, na realidade dessa amostra, que para mulheres as diferenças entre o sistema público e privado de ensino influenciam em sua opção de controle das receitas, bem como as diferenças de sexo podem influenciar nas decisões de opção de controle de receitas de pessoas provenientes da rede pública de ensino.

Interpretação levando em conta as mesmas características foi desenvolvida para o controle e planejamento do orçamento. 71,43% dos homens provenientes da rede pública de ensino planejam seu orçamento, contra 61,49% oriundos da rede privada. Quando se fala sobre controle de orçamento não houve diferença considerável. Realizando a mesma análise para mulheres, em termos de planejamento do orçamento não se verificam diferenças consideráveis, mas em termos de controle sim: enquanto 87,8% das mulheres provenientes de escolas particulares controlam seu orçamento, 75,88% fazem o mesmo sendo oriundas da rede pública. Assim, pode-se inferir que para os homens as diferenças no sistema básico de ensino podem influenciar nas decisões referentes ao planejamento do orçamento, enquanto para as mulheres essa influência ocorre em termos de controle do orçamento, na realidade da amostra estudada.

Dado bastante interessante se refere às diferenças entre sexo na análise de pessoas que atuam como estagiários e bolsistas de iniciação científica/extensão no que diz respeito aos planos para a aposentadoria. Enquanto 22,52% dos respondentes homens possuem um plano de previdência/poupança próprio para a aposentadoria, para as mulheres isso só é verificado em 6,47% dos casos.

Ainda relacionado aos planos para a aposentadoria, diferenças foram encontradas considerando-se a idade dos respondentes. Na faixa de respondentes que possuem até 20 anos, somente 7,45% possuem um plano de previdência/poupança próprio para a aposentadoria; esse número cresce para 14,25% na faixa entre 20 e 25 anos. Ainda na faixa até 20 anos, 59,57% afirmam que ainda não se preocuparam com a aposentadoria; número que cai para 37,61% na faixa que vai de 20 a 25 anos. Mesmo com este último decréscimo, o número de pessoas que ainda não se preocupou com a aposentadoria, dentro da amostra estudada, é alarmante.

Por último, foi realizada uma análise sobre o período em que os respondentes conseguiriam manter o padrão de vida que possuem no caso de perda total de sua fonte de rendimentos, levando em consideração as diferenças na renda familiar. Para respondentes com renda familiar de até R\$ 6.559,00 encontrou-se um padrão: dentro de cada uma das

faixas de renda, o número de respondentes é decrescente entre aqueles que conseguiriam se manter de 1 até 3 meses até a faixa de mais de 12 meses. Dessa forma, constata-se que independente da renda mensal familiar a capacidade de se manter, em caso de perda total dos rendimentos, é inversamente proporcional ao aumento das faixas de tempo. Percebeu-se, também, que conforme a renda familiar aumenta o percentual de respondentes alocados em cada uma das faixas de período também cresce. Assim, para a amostra, pode-se inferir que a renda mensal familiar se relaciona de forma direta com o período em que os estudantes conseguem manter seu padrão de vida no caso de perda total de seus rendimentos.

4.5.3 Consumo, Crédito e Endividamento

O último tópico de análise dos dados coletados conta com a interpretação de questões sobre Consumo, Crédito e Endividamento. No que diz respeito ao uso do cartão de crédito, 73,65% das pessoas do sexo masculino que estudaram na rede particular de ensino nunca parcelam as faturas do cartão, contra 63,03% provenientes da rede pública. Entre as mulheres essa mesma análise não apresenta diferenças significativas, entretanto, a comparação entre homens e mulheres é relevante. No tocante aos estudantes que vieram do sistema privado, o número de mulheres que nunca parcela a fatura do seu cartão de crédito é de 56,71% dos respondentes (contra 73,65% dos homens na mesma situação). Falando sobre o sistema público, esse número é de 54,12%, (contra 63,03% dos homens). Assim, conclui-se que, na realidade da amostra estudada, para os homens as diferenças entre o sistema público e privado de ensino influenciam no gerenciamento de suas obrigações mensais, bem como as diferenças de sexo podem influenciar nesse mesmo gerenciamento (homens tendem a ser mais cuidadosos do que mulheres), independentemente do sistema de ensino básico.

Com relação ao uso de cheque especial, a maioria dos respondentes, independentemente do sexo, não costuma utilizá-lo de forma frequente. Entretanto, é relevante pontuar algumas diferenças entre os respondentes que estudaram em escolas públicas e particulares. Entre os homens provenientes da rede pública, 81,51% nunca utilizam cheque especial, número que cresce para 90,54% entre os oriundos da rede particular. Para as mulheres, entre as que vêm do sistema público 77,06% nunca utilizam cheque especial, número que cresce para 83,54% quando se fala do sistema particular. Dessa forma, pode-se afirmar que, para a amostra analisada, as diferenças do sistema básico de ensino podem

influenciar no endividamento dos respondentes. Neste sentido, um dado interessante a ser apresentado se refere à forma como os respondentes enxergam a si mesmos no quesito estar ou não endividado. Para aqueles provenientes da rede particular de ensino, somente 6,08% dos homens e 9,15% das mulheres se consideram endividados, números que crescem para 17,65% dos homens e 24,12% das mulheres na rede pública.

Permanecendo na análise que leva em consideração o sexo e a rede de ensino básico, para todos os perfis de respondentes constata-se que os números são decrescentes entre aqueles que nunca parcelam a fatura do cartão de crédito e nunca usam cheque especial e aqueles que sempre parcelam a fatura do cartão de crédito e sempre usam cheque especial.

Por último, foi realizada uma análise sobre o uso do cartão de crédito levando em consideração as diferenças na renda familiar, e encontrou-se um padrão para a amostra estudada. Conforme a renda mensal familiar aumenta, o número de respondentes que nunca precisa parcelar a fatura do cartão de crédito também aumenta, e o número de respondentes que frequentemente precisa parcelar a fatura diminui, existindo uma relação direta entre as variáveis. A seguir, são apresentadas as Considerações Finais deste estudo, onde são sumarizados os achados da pesquisa, relatadas as limitações encontradas e feitas sugestões para estudos futuros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de descrever a relação existente entre a educação financeira e a prática do planejamento financeiro de estudantes universitários de Porto Alegre, este trabalho teve início com o estudo sobre o atual cenário brasileiro e internacional da educação financeira, bem como sobre a importância de realizar um planejamento para se ter uma vida financeira saudável. A partir disso, construiu-se o objeto de pesquisa, que auxiliou no entendimento da relação entre a educação financeira e o planejamento financeiro do público em questão. A análise das respostas recebidas possibilitou que os objetivos propostos no início do estudo fossem alcançados e mostrou que o Brasil ainda possui um longo caminho a ser trilhado na área da educação financeira.

No que diz respeito aos objetivos que foram propostos, pode-se concluir que as principais fontes de conhecimentos sobre educação financeira do público analisado são o ensino familiar, o círculo social em que estão inseridos e a Internet. Outros itens também contribuem para o conhecimento dos estudantes no tema das finanças pessoais, mas não de forma tão relevante. Esse resultado não foge do que era esperado, considerando o que foi estudado previamente sobre o cenário brasileiro da educação financeira, em que o tema não é tratado no ensino básico de forma regular, e acaba dependendo de programas pontuais, sejam eles da iniciativa pública ou privada.

No que tange aos diferentes cursos de graduação de que são provenientes os respondentes da pesquisa, analisou-se que as diferenças nos currículos influem nos conhecimentos sobre educação financeira dos respondentes. Majoritariamente isso ocorre pela ênfase que cada curso possui na área de finanças, tendo sido destaques aqueles das áreas de negócios (Economia e Administração). A forma como cada curso de graduação trabalha o tema das finanças pessoais (palestras, grupos de estudos, disciplinas obrigatórias ou optativas) acaba por não influenciar de forma tão relevante nas diferenças existentes.

Em termos de organização da gestão financeira pessoal e planejamento financeiro, pode-se dizer que a maioria do público da pesquisa não se sente muito seguro a respeito dos conhecimentos que possui para gerir seu próprio dinheiro, tem o hábito de poupar parte dos recursos que possui, mapeia, mas não de forma efetiva, suas receitas e gastos, realizando o controle dos mesmos, mas não pensando em um planejamento. Além disso, em termos de planejamento e/ou controle de orçamento, grande parte dos respondentes o realiza de forma

manual, método que não é muito preciso, fato que foi considerado intrigante, levando-se em conta a facilidade de acesso a ferramentas digitais nos dias de hoje.

No tocante à aposentadoria, uma parcela pequena dos respondentes possui um plano de poupança/previdência privada destinado a isso, o que não surpreendeu, avaliando-se os resultados da pesquisa em conjunto, mas é visto como dado preocupante, dadas as crescentes dificuldades para se aposentar via Previdência Social.

Ainda, para a maioria dos respondentes também não é viável conseguir manter-se financeiramente, no caso de perda total dos rendimentos, por mais de três meses. Assume-se que pelo público da pesquisa ser universitário, grande parte conta com o auxílio da família, mas, ainda sim, este fato demonstra uma despreocupação em ter uma reserva para casos de emergência. Apesar de parte dos dados coletados mostrarem que os níveis de conhecimento sobre finanças pessoais dos respondentes poderiam ser maiores, impactando de maneira negativa na forma como grande parte da amostra gerencia suas finanças, a maioria dos respondentes não considera estar em situação de endividamento.

Pontuando os principais resultados referentes aos diferentes métodos de planejamento financeiro adotados levando-se em conta as diferenças nos perfis dos respondentes, constata-se que, na realidade da amostra estudada, para as mulheres as diferenças entre o sistema público e privado de ensino influem em suas decisões de poupança e investimentos, controle de receitas e controle de orçamento. Para os homens, as diferenças entre o sistema público e privado de ensino influem em suas decisões referentes ao planejamento do orçamento e gerenciamento de suas obrigações mensais. Ainda, encontrou-se diferença significativa nas variáveis de decisões de poupança e investimento e controle de receitas na análise por sexo dos respondentes provenientes da rede pública de ensino.

Em termos de renda familiar, constatou-se que, para a amostra da pesquisa, existe uma relação direta entre o aumento da mesma e a propensão dos estudantes a terem um plano de investimentos. Além disso, ela também se relaciona de forma direta com o período em que os estudantes conseguem manter seu padrão de vida no caso de perda total de seus rendimentos; novamente, pode-se pontuar o fato de que pela pesquisa ter sido realizada com universitários, grande parte deve contar com o apoio financeiro da família. Inferiu-se, também, que o nível de escolarização dos pais influi de forma direta na propensão a poupar dos estudantes analisados.

A partir dessas informações e da análise conjunta de todos os dados coletados, pode-se inferir que a educação financeira impacta de forma direta no planejamento financeiro de estudantes universitários de Porto Alegre. Respondendo a pergunta feita na Introdução deste

trabalho “De que forma a educação financeira se relaciona com a prática do planejamento financeiro de estudantes universitários de Porto Alegre”, que sintetiza o objetivo geral, pode-se dizer que a não existência de um sistema de ensino formal sobre finanças pessoais gera grandes diferenças nos conhecimentos que os estudantes possuem sobre o tema, visto que cada um aprende sobre o assunto por meio de fontes diversas, o que leva, em parte dos casos, a uma dificuldade no gerenciamento das finanças pessoais. Com isso, pode-se dizer que a educação financeira, por meio de ensinamentos básicos sobre crédito, investimento, poupança, entre outros, se faz necessária para que todos tenham condições de gerir o seu dinheiro de maneira responsável, realizando um planejamento sobre receitas e gastos que evite endividamentos e possibilite uma vida financeira saudável.

Considerando os materiais estudados na Revisão Teórica deste trabalho conjuntamente com os resultados que a pesquisa demonstrou, avalia-se que a inserção da educação financeira no currículo escolar básico, seja por meio de disciplinas específicas ou de forma integrada ao ensino da Matemática, abordando conceitos como crédito, investimento e poupança, é importante. Observando-se os resultados encontrados em termos das fontes de educação financeira, não se pode esperar que todos tenham um círculo familiar e social com conhecimentos em finanças pessoais para transmitir, nem que o acesso a fontes de pesquisa na Internet seja uma realidade para todas as pessoas.

Dessa forma, se os conceitos básicos sobre finanças pessoais pudessem ser ensinados no ambiente escolar, seria possível esperar por jovens um pouco mais preparados para gerenciar suas finanças. Isso certamente não é garantia de melhora, mas pode ter um impacto positivo, considerando o que foi apresentado na Revisão Teórica deste trabalho em termos de cenário internacional. Ressalta-se que as iniciativas que têm sido desenvolvidas no Brasil possuem um cunho positivo, principalmente aquelas voltadas ao ambiente escolar, mas elas ainda não são suficientes.

5.1 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

A principal limitação desse estudo se refere ao número de perguntas, excessivo, que compuseram o questionário no que diz respeito ao planejamento financeiro, tornando difícil a análise comparada dos diferentes perfis de respondentes, proposta nos objetivos específicos. Quando da elaboração do objeto de pesquisa, tentou-se abordar o tema do planejamento

financeiro de maneira bastante específica, inserindo questões sobre planejamento de orçamento, controle de orçamento, mapeamento de receitas e gastos, uso de cartão de crédito e cheque especial, frequência de poupanças, ferramentas, entre outros.

Quando a análise das respostas foi iniciada, percebeu-se que seria viável ter elaborado um questionário mais enxuto, contendo questões que abordassem o tema do planejamento de forma mais geral, e que dessem uma visão mais ampla sobre o assunto. O fato de ter respostas mais específicas caracteriza-se como positivo, visto a riqueza de informações que foi possível conseguir, mas isso dificultou a realização de uma análise mais robusta em termos de perfil. A denominada análise em blocos, do item 4.5, Métodos de Planejamento Financeiro: Análise de Diferentes Perfis, foi elaborada exatamente pela dificuldade de realizar a análise bivariada entre as questões de planejamento financeiro, pelo seu número excessivo, e as relativas ao perfil dos respondentes.

5.2 SUGESTÕES PARA ESTUDOS FUTUROS

A partir dos dados que essa pesquisa levantou, sugere-se que em estudos futuros o tema da educação financeira possa ser aprofundado, por meio de mapeamento e análise mais completa das iniciativas existentes no Brasil voltadas ao ensino de finanças pessoais para jovens, entendendo suas formas de atuação e quais resultados têm atingido. Dessa forma, será possível realizar uma análise mais embasada sobre qual a forma mais efetiva de transmitir ensinamentos sobre o tema para jovens e, também, crianças.

Além disso, levando em conta as limitações que esse estudo enfrentou, sugere-se a realização de uma pesquisa qualitativa com jovens de diferentes perfis (áreas de interesse, formação, renda familiar, entre outros) para maior entendimento das diferenças que possam existir no ensino sobre finanças pessoais entre eles e qual o impacto disso em termos de planejamento financeiro. Isso poderá auxiliar na proposição sobre melhores formas de ensino sobre finanças pessoais.

REFERÊNCIAS

- AEF-BRASIL (Associação de Educação Financeira do Brasil). **Programas e Projetos**. Disponível em <<http://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/>> Acesso em 08 out. 2016.
- BACEN (Banco Central do Brasil). **O Programa de Educação Financeira do Banco Central**. Disponível em <<https://www.bcb.gov.br/pre/bcuniversidade/introducaoPEF.asp>> Acesso em 08 out. 2016.
- BBC. BBC Brasil. **Mais da metade dos alunos brasileiros não tem conhecimentos financeiros básicos, diz OCDE**, 2017. Disponível em <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-40081292>> Acesso em 05 jun. 2017.
- BERTOLDI, Séfora. **Educação financeira no Brasil: um estudo de caso com o 1º ano do Ensino Médio do Colégio Farroupilha de Porto Alegre**. Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- BITENCOURT, Cleusa M. G.. **Finanças Pessoais versus Finanças Empresariais**. Dissertação de Pós-Graduação – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercados e Futuros). **Educação Financeira**. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/educacional/educacao-financeira/> Acesso em 21 mar. 2017.
- BODIE, Zvi; MERTON, Robert C.. **Finanças**. Porto Alegre: Bookman, 1999.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. **Mapeamento Nacional**. 2013. Disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/docs/RelatorioAnaliticoENEF.pdf>> Acesso em 11 ago. 2016.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF. **Conceito de Educação Financeira no Brasil**. Disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-23-no-brasil.html>> Acesso em 11 ago. 2016a.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. **Programas Setoriais**. Disponível em <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/programas-setoriais.html>> Acesso em 08 out. 2016b.
- BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. **Programas Transversais**. Disponível em <http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-39-programas_transversais.html> Acesso em 08 out. 2016c.
- BUSETTI, Lucas. **Gerenciamento Financeiro Pessoal: Modelo de Planejamento e Controle para Construção Patrimonial**. Monografia - Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Agência Câmara. **Comissão inclui finanças no ensino de matemática**, 2006. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/89562.html>> Acesso em 04 out. 2016.

DIAS, Diego da S.. **Educação financeira e endividamento: um perfil dos cirurgiões dentistas**. Monografia – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro: você é o maior responsável**. 13ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIL, Antonio C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. P. **The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and beyond**. The World Bank, Oct. 2005.

INFOMONEY. InfoMoney com Bloomberg. **Fábrica de Warren Buffetts: ligas de investidores viram febre nas universidades**, 2015. Disponível em <<http://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/4349733/fabrica-warren-buffetts-ligas-investidores-viram-febre-nas-universidades>> Acesso em 01 abr. 2017.

JA BRASIL. Junior Achievement. **A Junior Achievement**. Disponível em <<http://www.jabrasil.org.br/jabr/junior-achievement/institucional/>> Acesso em 22 mar. 2017a.

JA BRASIL. Junior Achievement. **Programas**. Disponível em <<http://www.jabrasil.org.br/jabr/programas>> Acesso em 22 mar. 2017b.

KIYOSAKI, Robert T.; LECHTER, Sharon L.. **Pai Rico, Pai Pobre: o que os ricos ensinam a seus filhos sobre dinheiro**. 21. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. **Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for Financial Education Programs**. Pension Research Council Working Paper. Jan. 2007. Disponível em <http://www.dartmouth.edu/~alusardi/Papers/Financial_Literacy.pdf> Acesso em 09 out. 2016.

MACEDO JR., Jurandir S.. **A Árvore do Dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MALHOTRA, Naresh K. et al. **Introdução à Pesquisa de Marketing**. Tradução Robert Brian Taylor. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

MANKIW, Nicholas G.. **Introdução à economia: princípios de micro e macroeconomia**. Tradução da 2. ed. Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MILAN, Marcos V. G. **O nível de alfabetização financeira de estudantes universitários: um estudo sobre a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP**. Dissertação de

Mestrado - Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP. São Paulo: FECAP, 2015.

NAVARRO, Conrado. **Dinheirama entrevista:** Elvira Cruvinel, Chefe do Departamento de Educação Financeira no Banco Central do Brasil, 2015. Disponível em <<http://dinheirama.com/blog/2015/04/16/dinheirama-entrevista-elvira-cruvinel-chefe-departamento-educacao-financeira-banco-central-do-brasil/>> Acesso em 08 out. 2016.

RIBEIRO, José F. B. M.. **Os Benefícios do Planejamento das Finanças Pessoais na Qualidade de Vida do Indivíduo.** Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D.. **Princípios de Administração Financeira.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SAITO, André T. **Uma Contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil.** Dissertação de Mestrado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde-28012008-141149/pt-br.php>> Acesso em 04 out. 2016.

SAITO, André. T.; SAVOIA, José. R. F.; PETRONI, Liége. M. **A educação financeira no Brasil sob a ótica da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE).** In: *Anais...*Seminários de Administração, 2006, São Paulo. IX SEMEAD. São Paulo: Semead 2006.

SAITO, André T.; SAVOIA, José R. F.; SANTANA Flávia. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 41 (6), p. 41- 1121, Nov/Dez 2007.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). **Conheça o Sebrae.** Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos> Acesso em 28 mar. 2017.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Sebrae Nacional. **Como Planejar e Fazer o Controle Financeiro Pessoal,** 2016a. Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/como-planejar-e-fazer-o-controle-financeiro-pessoal,e999b88efc047410VgnVCM2000003c74010aRCRD>> Acesso em 28 mar. 2017.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Sebrae Nacional. **Soluções do Sebrae ajudam empresários em educação financeira,** 2016b. Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/solucoes-do-sebrae-ajudam-empresarios-em-educacao-financeira,bb652a1b5635a410VgnVCM2000003c74010aRCRD>> Acesso em 28 mar. 2017.

SEBRAE PREVIDÊNCIA. **Finanças.** Disponível em <<http://sebraeprevidencia.com.br/planejar/>> Acesso em 28 mar. 2017a.

SEBRAE PREVIDÊNCIA. **O Programa.** Disponível em <<http://sebraeprevidencia.com.br/planejar/>> Acesso em 28 mar. 2017b.

SEBRAE PREVIDÊNCIA. **Previdência.** Disponível em <<http://sebraeprevidencia.com.br/planejar/>> Acesso em 28 mar. 2017c.

SENADO FEDERAL. Agência Senado. **Pirâmide etária mostra riscos para Previdência, alerta IBGE,** 2015. Disponível em <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/06/07/piramide-etaria-mostra-riscos-para-previdencia-alerta-ibge>> Acesso em 13 ago. 2016.

SERASA EXPERIAN. Serasa Experian Notícias. **Participação do jovem na demanda de crédito é a maior desde 2008,** 2012. Disponível em <<http://noticias.serasaexperian.com.br/participação-do-jovem-na-demanda-de-crédito-em-2011-é-a-maior-desde-2008-aponta-serasa-experian-9/>> Acesso em 11 ago. 2016.

SERASA EXPERIAN. Serasa Experian Notícias. **Inadimplência atinge 9,4 milhões de jovens no Brasil, revela estudo inédito da Serasa Experian,** 2016. Disponível em <<http://noticias.serasaexperian.com.br/inadimplencia-atinge-94-milhoes-de-jovens-no-brasil-revela-estudo-inedito-da-serasa-experian/>> Acesso em 11 ago. 2016.

SILVEIRA, Matheus D. S.. **Gestão Financeira Pessoal e Tomada de Decisão de Investimento.** Monografia – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2014.

VERGARA, Sylvia C.. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 11^a Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, Saulo F. A.; BATAGLIA, Regiane T. M.; SEREIA, Vanderlei, J.. **Educação financeira e decisões de consumo, investimentos e poupança:** uma análise de alunos de uma universidade pública do Paraná. In: SEMEAD, XII, 2009, São Paulo.

WORTHINGTON, Andrew C. **Predicting financial literacy in Australia.** Financial Services Review, v. 15, n. 1, p. 59-79, Spring 2006. Disponível em <<http://ro.uow.edu.au/cgi/viewcontent.cgi?article=1124&context=commpapers>> Acesso em 09 out. 2016.

YIN, Robert K.. **Estudo de Caso: planejamento e método.** 3^a Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZDANOWICZ, José E.. **Finanças Aplicadas para Empresas de Sucesso.** São Paulo: Sagra Luzzato, 2004.

ZDANOWICZ, José E.. **Planejamento Financeiro e Orçamento.** 4. ed. Porto Alegre: Atlas, 2012.

ANEXO A – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

Finanças Pessoais

Esta é uma pesquisa sobre Finanças Pessoais e faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso de Administração 2017/1 da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ela se destina a estudantes de graduação de instituições de ensino de Porto Alegre. O questionário é anônimo e leva em torno de 5min para ser respondido.

*Obrigatório

1. Curso de graduação: *

Sua resposta

2. Semestre: *

Sua resposta

3. Cidade da instituição de ensino: *

- Porto Alegre
- Outro

Finanças

Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro? *

- Nada seguro – eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira
- Não muito seguro – eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças
- Razoavelmente seguro – eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre o assunto
- Muito seguro – eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças

Qual a contribuição dos seguintes itens para seu conhecimento em finanças pessoais? *

	1 - Nenhuma	2 - Pouca	3 - Razoável	4 - Muita	5 - Total
Artigos e publicações acadêmicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atividade profissional	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Círculo social	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Curso(s) especializado(s)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Curso superior	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino básico, fundamental e médio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ensino familiar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Internet	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jornais e revistas especializadas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Livros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Caso o seu curso superior tenha contribuído para seu conhecimento em finanças pessoais, de que forma isso ocorreu (até 3 opções)?

- Por meio de disciplinas obrigatórias cursadas sobre finanças
- Por meio de disciplinas eletivas (optativas) cursadas sobre finanças
- Por meio de palestras sobre o tema disponibilizadas pela faculdade
- Por meio de grupos de estudos/debates sobre finanças abertos aos alunos

Poupança e Investimentos

Com que frequência você poupa alguma parte de sua receita? *

	1	2	3	4	5	
Nunca	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Sempre

Se você poupa alguma parte de sua receita, qual a porcentagem aproximada?

- Até 10% das minhas receitas
- Entre 11% e 20% das minhas receitas
- Entre 21% e 30% das minhas receitas
- Entre 31% e 40% das minhas receitas
- Acima de 40% das minhas receitas

Tenho um plano de investimentos (poupança, previdência, renda fixa, renda variável, etc)? *

- Não
- Sim, mas não tenho costume de controlá-lo
- Sim, e costume controlá-lo periodicamente

Gerenciamento Financeiro Pessoal

Tenho mapeadas todas as minhas receitas? *

- Não controlo minhas receitas
- Controlo apenas as receitas consideráveis
- Controlo todas as receitas, independentemente do seu valor

Tenho mapeados todos os meus gastos? *

- Não controlo meus gastos
- Controlo apenas os gastos consideráveis
- Controlo todos os gastos, independentemente do seu valor

Planejo meu orçamento pessoal? *

- Sim
- Não

Se sim, qual a periodicidade deste planejamento?

- Mensal
- Bimestral
- Trimestral
- Semestral
- Anual
- Outro: _____

Controlo meu orçamento pessoal? *

- Sim
- Não

Se sim, qual a periodicidade deste controle?

- Semanal
- Quinzenal
- Mensal
- Outro: _____

Quais ferramentas utilizo para planejamento e/ou controle do meu orçamento pessoal (até 3 opções)? *

- Controle manual (anotações em caderno, por exemplo)
- Planilhas de cálculo (Excel, por exemplo)
- Software de finanças pessoais
- Não planejo/controlo meu orçamento
- Outro: _____

Se você utiliza ferramentas para planejamento e/ou controle, de quais instrumentos faz uso, dentro dessas ferramentas (até 3 opções)?

- Controle de orçado x realizado
- Fluxo de caixa
- Gráficos
- Extrato bancário
- Balanço patrimonial
- Demonstrativo de resultado do exercício (DRE)
- Índices
- Outro: _____

Com o que você mais gasta mensalmente? *

- Educação
- Transporte
- Alimentação
- Lazer
- Vestuário
- Saúde
- Moradia
- Comunicação (celular, telefone fixo, Internet)
- Não sei
- Outro: _____

Em relação a sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação? *

- Não me preocupei com isso ainda
- Pretendo ter apenas a aposentadoria do governo
- Faço um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria
- Tenho planos de começar a poupar para isso
- Não vejo necessidade de poupar para minha aposentadoria

No caso de perda total de sua fonte de rendimentos (salário, pró-labore, bolsa, outros), por quantos meses você conseguiria manter o padrão de vida atual utilizando as suas economias? *

- Nenhum
- De 1 a 3 meses
- De 4 a 6 meses
- De 7 a 9 meses
- De 10 a 12 meses
- Mais de 12 meses

Consumo, Crédito e Endividamento

Com que frequência necessito recorrer ao parcelamento de fatura do cartão de crédito? *

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre
- Não possuo cartão de crédito

Qual o percentual da sua renda líquida mensal está comprometida com prestações/obrigações mensais? *

- Até 1%
- De 1% a 30%
- De 31% a 60%
- De 61% a 90%
- De 91% a 100%

Você se considera endividado? *

- Sim
- Não

Com que frequência necessito recorrer a utilização de cheque especial? *

- Nunca
- Raramente
- Às vezes
- Frequentemente
- Sempre

Perfil

Sexo *

- Feminino
- Masculino

Idade *

- Até 20 anos
- De 20 a 25 anos
- De 26 a 30 anos
- Acima de 30 anos

Possui algum vínculo empregatício? *

- Não
- Bolsista de iniciação científica/extensão
- Empresário(a) individual/autônomo(a)
- Estagiário(a)
- Funcionário(a) de organização privada
- Funcionário(a) do poder público
- Voluntário(a)
- Outro: _____

Renda mensal (individual) *

- Menor que R\$ 937,00
- Entre R\$ 937,01 e R\$ 2.811,00
- Entre R\$ 2.811,01 e R\$ 4.685,00
- Entre R\$ 4.685,00 e R\$ 6.559,00
- Entre R\$ 6.559,01 e R\$ 8.433,00
- Maior que R\$ 8.433,01

Renda mensal (familiar) *

- Menor que R\$ 937,00
- Entre R\$ 937,01 e R\$ 2.811,00
- Entre R\$ 2.811,01 e R\$ 4.685,00
- Entre R\$ 4.685,00 e R\$ 6.559,00
- Entre R\$ 6.559,01 e R\$ 8.433,00
- Maior que R\$ 8.433,01

Qual o maior nível de escolaridade dos seus pais? *

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Curso Técnico
- Ensino Superior
- Especialização ou MBA
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você? *

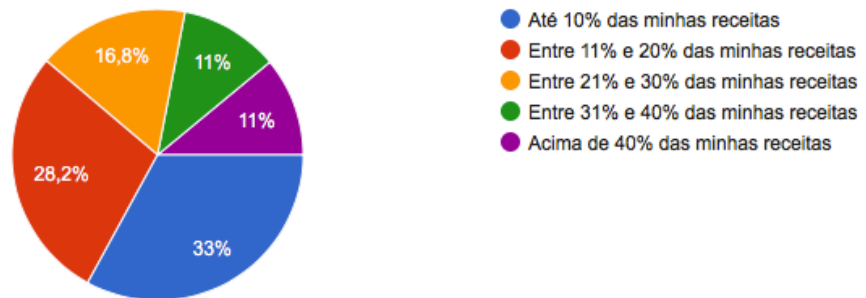
- 1 pessoa
- 2 pessoas
- 3 pessoas
- 4 pessoas
- 5 pessoas
- Mais de 5 pessoas

Onde você cursou a maior parte do ensino fundamental e médio? *

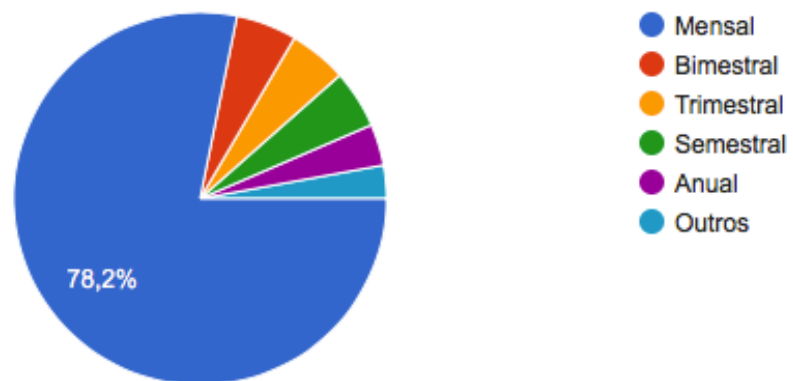
- Escola Pública
- Escola Particular

ANEXO B – GRÁFICOS NÃO INCLUSOS NO CORPO DO TRABALHO

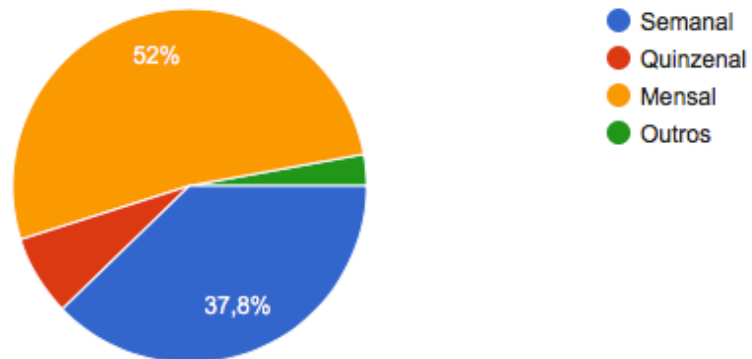
Se você poupa alguma parte de sua receita, qual a porcentagem aproximada?
(546 respostas)



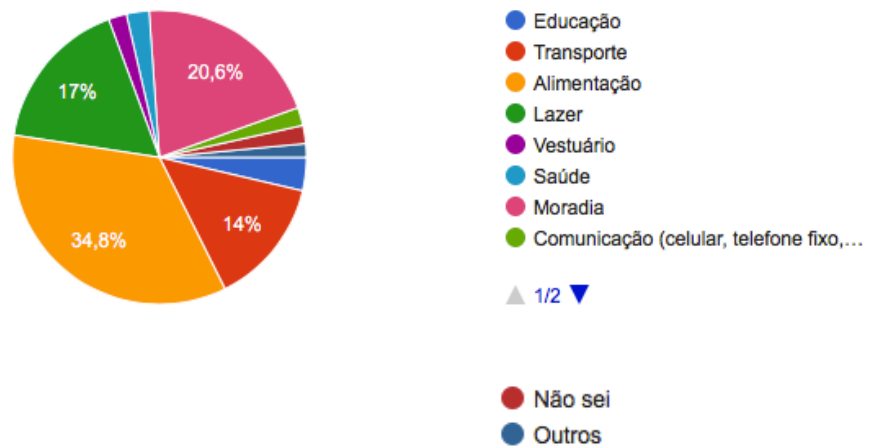
Se sim, qual a periodicidade deste planejamento? (417 respostas)



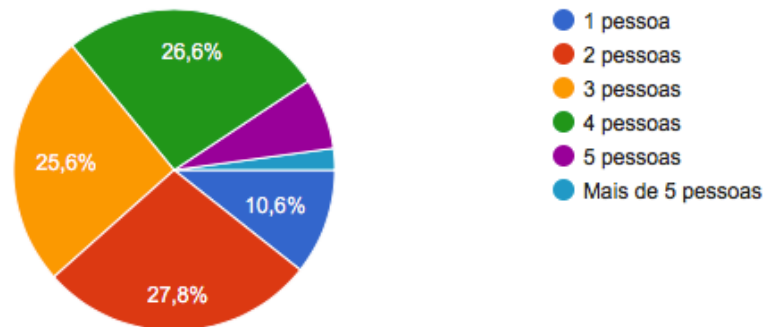
Se sim, qual a periodicidade deste controle? (490 respostas)



Com o que você mais gasta mensalmente? (601 respostas)



Quantas pessoas moram na sua casa, incluindo você? (601 respostas)



Qual o maior nível de escolaridade dos seus pais? (601 respostas)

